



HISTÓRIA
VIVA
DA VILA
ANTONIO
LEAL

Leal, Antonio. História Viva da Vila. 1ª ed. Natal, Rio Grande do Norte: 2021.

Projeto Gráfico (miolo e capa) e diagramação: Pauliane Amaral e Maíra Leal

Capa: Arte sobre a aquarela “Dançando Coco” (2016), de Osvaldo Oliveira, que integra a exposição dedicada à Vila de Ponta Negra, realizada no Núcleo de Arte e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Revisão:

Pauliane Amaral e Maíra Leal

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da língua Portuguesa.

Distribuição livre.

Realização: Funcarte. Prefeitura de Natal. Governo Federal



PREFEITURA DO
NATAL



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

Prefácio

Antonio Leal, escritor, educador e professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, laureado com prêmios nacionais de literatura - sendo o mais recente o Cruzada de Literatura e do Livro (FUNARTE, 2010) -, volta-se neste novo livro para a história viva da comunidade da Vila de Ponta Negra, localizada na cidade de Natal - RN. Reconhecido principalmente pelo projeto pioneiro de alfabetização desenvolvido na favela da Rocinha (Rio de Janeiro) nos anos 1970 e descrito no livro *Fala Maria Favela: uma experiência criativa em alfabetização* (1984, Editora Ática), o trabalho de Leal como educador tem ênfase no ensino da escrita e na experiência lúdica, envolvendo jogos e teatro.

Morador da Vila desde 1992, Antonio Leal se dedicou por mais de 10 anos à coleta esporádica de depoimentos dos moradores mais velhos da região. No livro, esses relatos são acompanhados das observações do autor, culminando em um pedido de ajuda: “Sonho com o revigoramento da Vila e chego a acreditar na possibilidade de políticas públicas capazes de revitalizar radicalmente a vida de uma comunidade”.

O envolvimento de Leal com a comunidade da Vila de Ponta Negra e suas tradições se estreitou a partir do momento em que sua casa, localizada na Vila, abrigou um dos Pontos de Cultura criados pelo Governo Federal através do Ministério da Cultura em 2004. O Ponto de Cultura batizado com o nome Sons da Vila teve como gestora Graça Leal, então companheira do autor, que exerceu papel fundamental na aproximação entre o autor e os grãos da Vila. Durante o funcionamento do Ponto de Cultura, houve um esforço de toda a comunidade em resgatar folias tradicionais, como o coco e o congo. Essa consciência da comunidade acerca de suas tradições pode ser vista em diversos depoimentos citados ao longo do texto.

Intuitivo e despretensioso, o livro apresenta a história viva da Vila de Ponta Negra a partir de relatos coletados de maneira independente. Mostrando a gênese da comunidade e do território, essa história complexa e marcada por uma violência contrasta com a ideia superficial de um bairro boêmio à beira-mar. Sem ter a pretensão de ser um relato historiográfico, o texto é escrito quase em um fluxo contínuo, carregado de marcas da oralidade, assim como da subjetividade do autor, que não hesita em acrescentar suas observações aos depoimentos coletados entre os anos de 2001 e 2010.

A *História Viva da Vila* insere-se entre as narrativas que fazem oposição às políticas de esquecimento, registrando uma história viva, oral, que ainda pulsa. Essa é uma história de pessoas comuns ignoradas pelo poder público, um resgate de uma memória coletiva que vive na lembrança dos mais velhos, mas da qual os mais jovens pouco sabem. Durante o século XX, as guerras, os regimes totalitaristas, os genocídios, as ditaduras, os crimes contra a humanidade e os campos de concentração impuseram uma reflexão sobre a importância da memória, a importância de lembrar o passado para não repeti-lo. Os relatos reunidos neste livro não deixam de ser um eco desse movimento de valorização da memória.

Assertivamente, os anciãos - também chamados griôs - de Ponta Negra são caracterizados como aqueles que guardam em si um conhecimento ancestral e imensurável, mas também como vítimas de violências praticadas com o apoio ou diretamente pelo Estado. Ao perder o direito à terra, o povo nativo da Vila também perdeu algo de si, assemelhando-se ao que Hannah Arendt¹ chama de *homem massa*, caracterizado pela ausência de laços políticos e coletivos. Ao recordar o esquecimento desse povo, esta história viva denuncia a violência perpetrada contra os nativos da Vila ao longo dos anos, sinalizando para o seu repúdio e ressignificando-a no espaço público e coletivo.

A publicação deste livro ocorre em um momento em que a ideia de democracia vem sendo repensada no Brasil e em outras partes do mundo. Em nosso país a cultura popular (e não só essa) anda à deriva, sem políticas públicas voltadas à sua conservação e valorização. Sem o fomento do Estado, os povos tradicionais, os indígenas e quilombolas vivem a incerteza do amanhã. Um povo que não valoriza sua história corre o risco de se tornar um povo sem identidade, sem alma e sem noção de pertencimento.

A *História Viva da Vila* mostra a proximidade entre a utopia comunitária e outras utopias do século XX, entre a história contada por moradores e a experiência de vida do autor, que se tornou educador em busca de uma libertação do indivíduo da opressão imposta pelo Estado.

A publicação deste e-book, que pode ser baixado gratuitamente, só foi possível graças ao apoio recebido da Fundação Capitania das Artes - FUNCARTE, por meio da Lei Aldir Blanc (Lei Nº 14.017, de 29 de Junho De 2020).

Pauliane Amaral
Maíra Leal
(Editoras)

¹ ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo - anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

Índice

Introdução	5
I – Terra e trabalho	8
II - Geografias da Vila: a memória do espaço	11
III – Usurpações	15
IV – Nossas famílias	20
V – Maninho, o paraíso roubado	24
VI - A terra viva e seu imaginário	26
VII - Fogo morto	28
VIII - Heranças que os velhos deixaram para os novos: os griôs da Vila	29
IX - As grandes brincadeiras da Vila e seus brincantes	31
X - Peixes e pescaria	32
XI - Plantar virou caso de polícia	34
XII - Da janela do trem da história	35
XIII - Espiritualidade e religiões da Vila	39
XIV - Alguns fogos mortos na Vila	40
XV - Uma tortura coletiva	41
XVI - Políticas públicas para a solução dos problemas da Vila	42
XVII - A história viva como fator de resistência cultural na Vila de Ponta Negra	43

Introdução

Embora eu já alimentasse há anos a ideia de escrever a história da Vila, foi meu conhecimento com Seu Severino que deu ensejo a que eu começasse a registrar alguns fatos e fosse construindo no computador um jogo, um vício, uma cachacinha diária – umas palavras agora, umas frases depois, e o prazer de ir juntando umas coisas às outras, tecendo assim esta história viva da Vila de Ponta Negra. Seu Severino é apaixonado por ele mesmo, pela Vila e sua história, pela reconstrução da cultura tradicional, de que ele foi e ainda é um protagonista.

Tinha conhecido havia muito tempo uma outra figura importante da Vila, Seu Piloto, e achava que não ia encontrar ninguém como ele por aqui. Estou acostumado com os velhos rabugentos da universidade, e não esperava encontrar figuras assim: amáveis memórias ambulantes e cristalinas, insaciáveis contadores de histórias, pessoas sem papas na língua e com doce sabedoria. A maioria dos velhos de Ponta Negra é assim.

Um ponto interessava mais a Seu Severino: “Estamos reconstruindo o coco de roda do nosso tempo. Estou fazendo os instrumentos, Bastião está convocando as mulheres para os ensaios”. O projeto do Severino era parecido com os meus próprios projetos, novos e antigos – revigorar a história como linguagem e revigorar as linguagens – Seu Severino ia nesta vertente, a vertente cênico-musical do coco. Revigorar uma prática da memória numa renovada prática de linguagem. Para isso ia reconstituindo toda a história viva da comunidade, assim, a partir das linguagens – a partir das grandes falas comunitárias, aquelas antenas e transmissores pelos quais uma comunidade manifesta a sua vida. Assim iria se construir uma prática de aprender, uma prática de escrever com força de linguagem.

O ensejo de aprender pelo halo da Vila, por seus braços abertos, eis por onde os de fora devem também começar a aprender: pelo grande ensejo da interação cultural. Inaugurar essa experiência fez-me lembrar uma outra grande experiência que produzi como educador, numa outra grande “fala coletiva”, o *Fala Maria Favela*, realizado na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, entre 1980 e 1985. Não se aprende olhando o mar. Aprende-se entrando nele com prazer, deixando-se levar pelas ondas, mas como nadador, recusando umas e imediatamente cavalgando outras. O educador tem sempre que mergulhar no conjunto das experiências do povo para pegar uma ou outra das experiências que tenha vivenciado e que queira trocar com o outro, sempre ali onde convergem as suas experiências com as dos outros desejantes aprendedores. O educador, o poeta, o músico, no meio do povo, com todo o prazer.

Como trabalho de um educador esta história viva não deseja ser simplesmente a história da aprendizagem, da resistência cultural e da luta política. Com este livro nas mãos todos lutaremos por melhores dias na Vila.

Este livro tem muitos desejos: o de reconstruir a fala dos velhos de Ponta Negra e com eles construir uma espécie de Conselho de Anciãos, formado pelos que detêm a memória, as práticas de saber e as estratégias de luta da comunidade.

Com tudo isso também iremos construindo uma nova história. Ou, o que seria avançar na mesma linha, ao construirmos o processo educativo como prática interativa estaremos construindo novas práticas de aprender.

Alguns acontecimentos foram fazendo com que nos aprofundássemos mais na história da Vila. Deixei de ser professor da universidade, fiz amigos na comunidade da Vila, passei a caminhar sistematicamente dentro da Vila, e ajudei a organizar um cadastramento das pessoas pobres da Vila de Ponta Negra. Esses pontos iniciais foram importantes para tomar fôlego por dentro da alma dos nativos. Antes eu havia conhecido pessoas nativas das lideranças locais – professoras, assistentes sociais, agentes culturais. Que também, e de certa maneira por isso mesmo, gostam de preservar a comunidade para si e com isso fazem com que a comunidade se feche e prossiga sozinha. E se a comunidade estiver indo mal, irá de mal a pior.

O fato de ter ajudado a organizar um cadastramento rápido das pessoas pobres da Vila fez com que eu tivesse rapidamente na mão uma espécie de álbum das famílias da Vila, mesmo que esse álbum tivesse predominantemente retratos três por quatro, feitos nas rápidas abordagens que tive com as pessoas. É óbvio que nesse cadastramento pude ver a maioria das pessoas nativas cara a cara. E isso vale muito mais do que qualquer pesquisa “científica” do IBGE. Você sente na pele como vive aquele povo. Dá logo pra fazer estatísticas:

- Muito menos de cinquenta por cento das pessoas são casadas no papel. Pouquíssimas são casadas na igreja. A grande maioria é junta – família junta assim, sem sacralidade.
- Os velhos são muito mais sólidos do que os jovens – tiveram e têm vida social ativa. Os velhos moradores costumam morrer bastante velhos. Os velhos têm grupo social mais coeso que os jovens. Os velhos conheceram o trabalho comunal e a ajuda mútua. Os velhos conhecem a sua cultura e a importância de resistir.
- Cinquenta por cento dos moradores pobres da Vila são analfabetos.
- Apenas um ou dois por cento da população trabalhadora têm profissão moderna. Noventa por cento dos trabalhadores da Vila são biscateiros ou ambulantes.
- Oitenta por cento dos trabalhadores da Vila estão desempregados.
- O acesso a quaisquer serviços prestados pelo Estado na Vila de Ponta Negra é extremamente precário: escola, hospital, dentista, segurança, etc.

Realizei um trabalho na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, a partir de uma escola pública onde havia um número enorme de alunos que não aprendiam a ler e escrever. Logo que os conheci (e mesmo sem conhecê-los, já desconfiava) verifiquei que tudo isso era uma grande mentira. Porém, para mudar o curso – em que os que não aprendiam eram tratados como deficientes – foi necessária uma enorme intervenção simbólica no universo daquela favela. Consegui mostrar a “grande mentira” alfabetizando um número expressivo de crianças tidas até então como de educação especial e trabalhadas como se fossem deficientes.

Embora meu campo de atuação extrapolasse a escola buscando colocar professor e alunos diante do grande universo da Rocinha, o âmbito da minha intervenção estava limitado ao aprendizado das práticas de linguagem pelas crianças pequenas. Embora continue sendo sobretudo um educador, meu trabalho na Vila é muito mais extenso. Não quero revigorar apenas as crianças da escola, quero mostrar como é possível revigorar toda uma comunidade espoliada e que parece destinada inexoravelmente à miséria. E começo justamente pela

construção da história viva da antiga aldeia, a partir do depoimento e do fortalecimento dos anciãos, pretendendo atingir toda a sociedade nativa daqui.

A prática de educador não deve ser uma prática que lhe dê forças apenas na especialização nessa ou naquela matéria. É preciso que ele aprenda a ver tudo que lhe aparece pelo interior das pessoas e da comunidade e a buscar aí a interação entre aquilo que aprendeu e aquilo que ele julga que aquela pessoa e aquela comunidade podem aprender com os elementos do conhecimento que ele julga que sabe. O ato de aprender não é limitado a uma disciplina ou mesmo a uma ação multidisciplinar. É sobretudo uma intervenção simbólica no conjunto da sociedade, de preferência considerada em microestruturas localizadas. A ação do educador deve ser uma intervenção, isto é, uma espécie de blitz, ação tectônica que mexerá com todo o conjunto antes estabilizado. A ação educativa não deve ser uma ação estabilizadora, mas, ao contrário, desestabilizadora.

A ação do educador não começa pela sua especialidade, isto é, por aquilo que o indivíduo ou a comunidade desconhecem, mas por aquilo que o indivíduo e a comunidade já sabem ou podem facilmente se dar conta. A ação educativa que proponho também não é uma ação política nos moldes da educação popular que começou na década de 1970, de cunho superficial e populista. E também não pode ser uma educação popular pobre, folha suplementar de migalhas do Estado ou de algum partido ou entidade. A ação educativa que proponho exige gastos fundamentais do Estado, a partir das nossas mãos civis. O Estado atira dinheiro de cima, como chuva, ou como os grandes aviões americanos na guerra do Afeganistão. Mas não atinge ninguém, é coisa do Estado, que sempre cai do céu como uma bomba. Para que as nossas práticas de educação tenham efeito, a cobrança também há de ser a todos aqueles que tiverem recursos econômicos: Estado, empresas, igrejas, entidades filantrópicas, etc. Eles hão de dar a sua parte necessária. E serão cobrados. E serão cobrados até mesmo a partir de razões historicamente passadas, por espoliações e grilagens passadas. A história não pode servir para encobrir ou acobertar as explorações do homem pelo homem. A ação educativa há de buscar até mesmo os efeitos retroativos, mesmo que seja preciso ter uma persistente queda de braço com os asseclas do direito positivo e estabelecido. A servidão jamais será estável. O povo deve buscar o que é seu e o que foi roubado de si. Eis a principal tarefa da história viva – esclarecer como foram feitos os últimos saques nos vários espaços das sociedades vivas.

A educação que propomos aponta, desde logo, para novos direitos civis, a despeito das práticas políticas privadas ou governamentais que só jogam no estabelecido, a partir das suas próprias instituições. Temos que gerar mil outras forças instituintes que não a escola do estado, o hospital ou a cadeia do estado. Eis o caminho para velhas lideranças e vanguardas que ainda acreditam na revolução.

O povo da Vila deve tomar a sua história para fortalecer-se.

I – Terra e trabalho

O principal ponto de vista dos nativos de Ponta Negra cinquenta anos atrás talvez fosse este – *Terra à Vista!* – exclamação de colonos descobridores que vinham do mar, mas com o objetivo de entrar pela terra adentro. Os olhos dos antigos não estão tão voltados para a praia e para o mar como os olhos dos jovens de hoje. Estão muito mais voltados para o Pium, para Parnamirim e para Japecanga, até se perder no sertão. Naqueles tempos a Vila não se limitava a um pedacinho de terra em frente à praia de Ponta Negra. Aqui não havia água potável, praticamente. Só duas cacimbas. E as mulheres iam lavar roupa lá no Jiqui. A principal atividade econômica, naquele tempo, era a agricultura. Em 1945, segundo seu Doge, havia setenta e cinco roçados na Vila. Imaginem só. Era muita terra cultivada, era muito chão. Terra quase toda sem cerca, aberta. “A gente ia e plantava e colhia”.

Este primeiro capítulo da história viva da Vila de Ponta Negra nos põe de costas para o mar, dizendo *Terra à Vista*. Vamos olhar para os interiores da Vila, e vamos descobrir muitas coisas sobre as quais muitos de nós nunca pudemos pensar.

Uma das pessoas daqui era, como ainda é hoje, se prestarmos bem atenção, a coleta de alimentos. As mulheres e as crianças saíam para colher frutas nas terras abertas, terras de todos, o maninho. Iam atrás de colher mangabas, cajus, mangas, e outras frutas silvestres, como a cambuaba. Depois, iam vendê-las na cidade. É claro que a maioria era consumida por aqui mesmo. E era fartura na época da fruta. Ainda hoje é assim, não é? Na época da fruta tem fartura. E algumas famílias da Vila são sustentadas pelas frutas que as mulheres vão pegar nas terras da Barreira do Inferno e depois vendem por aqui mesmo, de porta em porta.

Ainda havia, pelos anos 1950, uma outra atividade em que se tirava o alimento diretamente da natureza: a caça. Caçava-se então o peba, em caçadas noturnas. E havia outros bichos de pelo, como o veado, a raposa e a cotia. E de penas, como o nambu, a juriti, a codorna e o jacu. Ouça o que nos diz o Doutô, pescador lá da rua Alto da Boa Vista: “A gente tinha que ficar tomando conta do feijão, senão o jacu comia tudo. Hoje não tem mais feijão, e também não tem mais jacu, não tem comida pra ele, não é? E o bicho foi embora. E a gente, será que tem comida pra nós?”.

Lá pelas fraldas da Vila, quase encostado na barreira do inferno, a gente ainda encontra indícios de caça – em alguns quintais somos capazes de topar com pebas grandes e pequenos no cativeiro, peles de cobras enormes mortas na véspera e trazidas possivelmente do Jiqui, que em alguns lugares junta águas profundas e margens cheias de galhos, capim e cipó, lugares em que bichos grandes e perigosos ainda podem aparecer.

Antigos moradores, como o finado Seu Piloto, referem-se àqueles tempos como paradisíacos. “Tudo era franco, farto, aberto. O que a gente queria, ia e pegava. Bicho, fruta, peixe no rio e no mar. Sim, aquilo era o Paraíso”. Seu Piloto refere-se assim, a tudo isso, como o Éden, mas sobretudo como o início dos tempos, épocas em que tudo foi feito, surgindo assim, como força de fertilidade. “E tudo parece que foi ontem. Tínhamos o paraíso nas mãos”.

Repetimos agora o que já foi dito no início deste capítulo: em 1945 havia setenta e cinco roçados na Vila de Ponta Negra, segundo seu Doge. E os avós desses meninos de hoje

deram depoimentos importantes sobre o cultivo da terra. Disseram como a terra era preparada. Um pouquinho antes da época das chuvas fulano resolvia fazer seu roçado, escolhia e limpava a terra, depois as pessoas da comunidade iam ajudá-lo e revirá-la e aí ele semeava milho, feijão e plantava mandioca. Na colheita o trabalho era muito para fazer sozinho e aí, de novo, a vizinhança ia ajudá-lo a colher. Esse tipo de trabalho é chamado mutirão.

Outro tipo de trabalho ligado à sobrevivência: como se faz o fogo que cozinha os alimentos? Os agricultores tinham também que apanhar a lenha para o fogo e faziam uma outra atividade nesse mesmo sentido: faziam o carvão. E o carvão podia ser também usado como mercadoria, já que era um bem que todos precisavam usar, tanto na comunidade como fora dela. E tinha muito valor.

A terra também alimentava os animais criados por aqui: galinhas e guinés, animais de tração como bois e burros, animais de montaria, porcos, ovelhas e vacas. Em pequena quantidade, é claro, para o sustento da família em carnes e leite. Aqui não chegava a haver vacarias. Essas ficavam em fazendas mais distantes.

As pessoas se sustentavam com seu trabalho na terra e a questão da sobrevivência básica estava resolvida. Mas como fariam se precisassem comprar roupa ou utensílios para a casa, como panelas, chapas de ferro para o fogão a lenha, cordas e o querosene para os candeeiros, e tudo aquilo que elas mesmo não produzissem? Além da produção agrícola, os homens da comunidade, principalmente eles, iam buscar trabalho assalariado nas fazendas, nas vacarias, nas plantações de cana de açúcar, mas principalmente nos engenhos de açúcar. E buscavam esses trabalhos nas lonjuras do Japecanga, ou pra lá de Parnamirim, tudo rompido a pé, pelas veredas antigas, mas sem cercas, pelos caminhos livres que vinham da Vila e iam margeando as terras que já tinham tido donos abastados e poderosos lembrados um por um por seu Severino: “Havia um engenho no Pium, do finado Mané Gomes; havia o engenho do Taborde – esses dois eram a vapor; havia o engenho do finado Zé Ramos, em Pirangi de Dentro – esse era movido a manjarra; e havia o do Volpiano Rocha, chamado o Santo, em Pirangi da Cruz. Vinha assim, Pirangi de Dentro, Pirangi da Cruz e Japecanga... em Japecanga era uma beleza, uma linha só, encarreirados – o Murici, o do Joça Gomes, o do Zeca Alves, o do Antônio Alves, o do Zé Gomes; o engenho de Dona Láia... a gente saía do trabalho, já tinha uma fogueira acesa, em volta da fogueira se brincava duas noites seguidas. O Olavo Feliciano, lá do Taborde, gostava de ver o povo, as brincadeiras. E vinha o coco de roda, era bonito... e tinha, em volta dos engenhos, o boi de reis, o fandango, a chegança, tinha tudo naquele mundo, ali era o mundo mesmo”.

Mas Seu Francisco, hoje, lamenta: “antes nos engenhos tinha cinquenta trabalhadores. Hoje é meia dúzia. Outro dia fui no engenho pedir emprego. O dono me disse que se eu quisesse trabalhar de graça, tudo bem, ele ajeitava”.

O trabalho nos engenhos era duro, para produzir a rapadura, o melado e até a aguardente. Mas, sobretudo, arranjavam os comunitários um excedente nas suas rendas, traduzido em dinheiro. Embora tivessem a sobrevivência garantida nas suas terras, precisavam também desse tipo de trabalho assalariado como forma de complemento de renda, com que compravam os panos com que se vestiam, o combustível com que iluminavam a casa e algum

pequeníssimo luxo, uma jarra, copos, uma toalha de plástico para a mesa. E ainda um refrigerante para as crianças, tão raro, ou uma cachacinha para relaxar o trabalho pesado da semana toda. O trabalho nos engenhos eram motivados pela tração animal, outros pelo vapor e já havia os que usavam energia elétrica, sim, esse trabalho era duro, trabalhava-se até quinze horas num dia, mas logo que a usina tocava o fim do expediente, os trabalhadores juntavam-se para dançar e cantar o coco de roda, em volta de alguma fogueira. Seu Severino, que mora na rua das Marianas, tem grandes lembranças desses tempos.

II - Geografias da Vila: a memória do espaço

A Vila de Ponta Negra vive hoje olhando para o mar, como quem olha para si mesma. Até parece uma vila de pescadores. Até parece poesia. Mas nem sempre foi assim. Essa vocação para o mar nunca foi tão grande quanto agora. A praia parece um espaço paradisíaco. A Vila cresce espetacularmente em volta do mar. Irá tornar-se uma dessas praias urbanas que são os cartões postais de tantas cidades: Copacabana do Rio de Janeiro, Iracema de Fortaleza ou a Boa Viagem de Recife. Seu destino já está inexoravelmente traçado. Mas para ver o povo nativo da Vila de Ponta Negra é preciso ficar de costas para a praia. E aí começamos a entender as suas simbolizações, a sua vida, as suas celebrações. E aí começamos a entender a importância de um povo, que deve ser sempre a primeira preocupação pública, diante de qualquer mudança, por mais poético que isso soe. O povo nativo da Vila de Ponta Negra – sem qualquer comparação – é tão belo ou mais belo que a própria praia. Ele e toda a natureza que o cerca, com todos os seus encantamentos, construíram e constroem o sentido delicado da Vila. O povo nativo da Vila de Ponta Negra tem de ser preservado – eis o grande movimento ecológico em que estamos todos envolvidos. Natal não pode abandonar o povo nativo da Vila ao seu próprio destino. É preciso investir pesado para reconstituir uma grande tradição. E a cidade certamente agradecerá.

A Vila de Ponta Negra tinha apenas 372 habitantes em 1960. Isso pelas contas do cardeal Dom Eugênio Sales (segundo o Zé Preto). Hoje calcula-se que tenha 20.000 pessoas². A grande maioria da população é de fora – e sobre isso falaremos adiante. Só que a Vila teve mais de dez quilômetros quadrados de extensão e hoje não chega a um quilômetro. Resume-se a um canto entre as praias de Ponta Negra e do Alagamar, o arame farpado da Barreira do Inferno e a pista que vai para as praias do sul do estado do Rio Grande do Norte.

A princípio a Vila mesmo era uma aldeia – tinha a Rua de Baixo, a Rua de Cima, a Rua do Currupio e a Rua da Floresta. E os antigos contam nos dedos as famílias que aí moravam: a família dos Congo, do Zé Tigre, os Memem, os Ferreira, os Viola, os Barrado, os Rodrigues, tinha a família do capitão Jacinto Torres e outras mais miúdas.

O povo está com os pés no chão. Antes de qualquer calçado ou macadame, forro dos pés ou do caminho. Caminhos, mal havia caminhos, mas veredas, uma teia enorme de veredas que saíam do pequeno povoado, da pequena aldeia de Ponta Negra, e que ia indo pras bandas do Jiqui, do Pium, e ia encontrar caminhos adiante, que levavam até Parnamirim e pra lá, em direção às fazendas de cana, às vacarias, aos engenhos, às casas de farinha, às feiras. Havia veredas mais pisadas, a das lavadeiras que iam lavar roupa no rio, a pé daqui até o Jiqui. Essa cartografia básica, a das marcas da vegetação rasteira puída com os pés, as veredas, não apontava a princípio para a cidade do Natal. A coleta e o trabalho social dos moradores da Vila apontavam para o interior próximo, na direção sul e sudeste. A pesca é uma atividade, mas uma atividade cíclica, de sobrevivência. O povo pesca, mas isso não quer dizer que sejam pescadores, ao menos no conceito que hoje temos dessa atividade. Existem trabalhos mais sólidos, ligados à agricultura ou à agroindústria da cana-de-açúcar .

² “Hoje” refere-se aqui à meados dos anos de 2006 e 2009.

Existe uma única estrada, um areal por onde passa uma lotação de cada vez. É sempre uma confusão de pequenas manobras arriscadas toda vez que um veículo tem que cruzar com outro na pista de mão-única cercada de atoleiros. E sabem aonde leva essa estrada? Pode chegar a Natal ou a Parnamirim. É natural que numa psicologia coletiva dos lugares o povo natalense de meia idade até diga que a Vila não pertence a Natal, que é uma praia distante. E nisso se tem uma certa razão: a vila não é um prolongamento da cidade, ela tem vida própria.

A princípio os moradores da Vila não iam vender longe o seu trabalho. Viviam trabalhando nos arredores na coleta ora de frutos, ora de paus, de onde vinha a lenha com que cozinhavam, com que faziam o carvão, as varas para as cercas para viveiros de pequenos animais, as hortas, os paus para a estrutura das casas de pau-a-pique, etc.

Além desse trabalho nômade, um trabalho mais determinado caracteriza a vida primordial dos moradores de Ponta Negra: a agricultura. Como ainda não havia uma determinação clara da propriedade da terra, todas as famílias faziam sua roça, depois de escolherem um determinado terreno. Iam e plantavam, através do trabalho solidário, cada um ajudando na plantação e na colheita do outro. Chegou a haver setenta e cinco roças na Vila, em certo ano (no ano de 1945, mais precisamente), segundo seu Doge. Os moradores antigos da Vila falam de uma grande fartura que havia por aqui. Não nos será difícil imaginar a dimensão de espaço dos antigos habitantes daqui. Setenta e cinco roçados na Vila de Ponta Negra. Mas por onde estão semeados tais campos plantados, onde estão os mais próximos e os mais distantes... através da identificação dessas roças no espaço geográfico já podemos ter ideia da dimensão territorial da Vila de outrora. Será para além desses roçados que as pessoas coletavam madeira, frutas, alimentos... será para além desses roçados que o gado tinha pasto, etc. A dimensão geográfica da Vila de Ponta Negra é amplíssima. A Vila começava encostada no mar e chegava ao Jiqui e do Jiqui ao Pium. No sentido sul chegava perto de Pirangi. Para o imaginário dos mais velhos habitantes da Vila as dimensões dessa aldeia não são as de uma cidade, mas as de um município, com uma ampla área rural.

Interessa-nos na natureza dessa aldeia todas as marcas humanas – os pés e as veredas, os campos cultivados, os casebres e os quintais, depois as ruas e praças. Antes de produzir esse espaço humano, o homem caminha no meio da mata, buscando o que comer. Assim em Ponta Negra o homem caçava (são muitos os depoimentos sobre caça farta por estas paragens). Pássaros e pequenos animais, principalmente. Os jacus, as juritis, as codornas e os nambus; tejus, cotias, raposas e até veados... Certos pássaros, como as codornas, pressupõem a existência de campos abertos, com vegetação rasteira. Dona Maria, antiga moradora, diz que ela mesma botou o nome de rua da Campina, essa rua grande que fica entre a Afonso Magalhães e a Alto da Boa Vista. “Todo este lado direito era plantado de fumo e gergilim”. É fácil deduzir que havia outras plantas além do feijão e da mandioca nas roças antigas de Ponta Negra.

O espaço natural nunca é pura geografia para os seus habitantes humanos. Não se compõe apenas de dados sobre a vegetação, o clima, o relevo ou a hidrografia. A geografia da aldeia e dos seus entornos é sempre uma geografia vivida e o homem não seria capaz de contar a sua história sem falar desse espaço sensível, cultura de base. Assim, as dimensões dessa terra vivem no imaginário da Vila. Seu Piloto, entre outros, fala da sua geografia como

uma pátria, como espaço ideal, edênico: “Tudo era farto, aberto, de todos. Era o princípio do mundo. E aquela dimensão sem fim do espaço, aquele espaço que ia até onde a vista alcançasse, vai se degenerando. E todos lamentam que agora tudo anda escandaloso, o povo anda pedindo esmolas e passando fome e os ricos cada um na sua casinha de muro alto, sem querer saber de mais nada”. Seu Piloto também fala da precariedade do trabalho a que os moradores da Vila têm acesso: “Quando há trabalho o povo vai e trabalha mas o dinheiro não adianta, não dá para nada”.

Outro dado geográfico que cabe comentar, tal a sua importância na vida das pessoas da Vila é a questão da água. Havia pouca água por aqui e o mar, obviamente, é um outro elemento, uma outra água, que serve aos peixes e às embarcações. Mas a água doce tem outro encantamento. Havia alguns poços na aldeia, onde as pessoas iam buscar água para beber. Mas tão importante para o imaginário da Vila seria uma outra hidrografia, que também era próxima daqui e do coração do povo. “Os rios, os rios... mil veredas levavam até os rios. Era a água dos rios e das lagoas, do Jiqui ao Pium, até ao Pirangi. Era a alegria de ter toda essa água nas fraldas dos campos da Vila. Água de beber em abundância. Água para lavar roupa – as lavadeiras passavam pras bandas do rio com os cestos à cabeça. Água pra tomar banho, pra brincar, pra namorar. Ô água!”, lembra Seu Piloto.

A memória do espaço e o imaginário de liberdade vivos na lembrança de Seu Piloto começou a ser limitado com a criação da propriedade privada que, até 1950, mais ou menos, o povo simples da vila desconhecia. “Os usurpadores, vindos da cidade, foram surgindo, os advogados e as autoridades foram chegando e foram metendo arame farpado em tudo. Logo logo a gente não podia passar, o gado não podia entrar no pasto, os homens não podiam plantar seu roçado, tudo foi tendo seu dono. Depois foram surgindo as casas e seus muros altos. Daqui até lá longe era um cinturão velho de terra. Tudo perdemos de vista, tudo é muro de todo lado, tudo é muralha. Nos tempos antigos as casas eram de pau-a-pique e o telhado de palha de coqueiro. As portas não eram de madeira. Eram de folhas de coqueiro, com um pau atravessado como nas cangas de burro, usado para fechá-las. Tudo era deixado assim, dormíamos de portas abertas, sem medo que chegasse alguém para roubar alguma coisa”.

Os prazeres telúricos foram tendo fim, como tempos bíblicos, paradisíacos, tempos de fartura, verdadeiro maná – templos de uma sagrada geografia. Parece que as usurpações da terra e suas contradições é que vão criando o tempo histórico. E aí os velhos aldeões pacatos de Ponta Negra vão se insurgindo como guerreiros. “Estamos sem pão para os filhos, sem terra para plantar, sem uma vaquinha de leite, sem teto, sem direito à caça e às frutas, sem poder tirar um pau, uma vara sequer da Barreira do Inferno”, assim se queixam os mais velhos.

Da outrora geografia ditada pela mãe natureza, até os limites impostos à Vila ao longo da história, o que sobra é um campo de guerra. “Meu marido morreu de desgosto”, diz dona Benedita, de 90 anos. “Foi... Ele tinha três roçados nas terras que hoje são da Barreira do Inferno. O Aluísio Alves chegou e mandou o trator passar por cima da nossa terra. Meu marido pegou um desgosto sem fim e morreu no fundo de uma rede. Não foi de doença não que ele morreu, ele morreu mesmo foi de desgosto, roubaram a terra dele, mataram o homem”.

Falta falar do verdadeiro quintal antigo da Vila, que não é o espaço atrás da casa, mas o espaço na frente, terreno de todos onde crianças e adultos buscavam frutas – verdadeiro

pomar que não tem dono, no qual pegava fruta quem queria. Logo que as novas casas foram sendo construídas nesse espaço, o povo “invadia”, buscava fruta, pulava a cerca e o muro. Talvez isso tenha sido razão para os muros altos. “Ninguém respeita. O povo é ousado, entra no que não é dele e vai pegando”, comenta um dos anciãos.

III – Usurpações

Uma pergunta que parece à toa: quando é mesmo que começa a história da Vila de Ponta Negra? Os ciclos anteriores ao ciclo propriamente histórico parecem ciclos idílicos em que o tempo não se conta pelos nossos números – talvez sejam outras as numerologias dos ciclos primordiais. Os mais velhos e sábios falam do princípio, do início dos tempos, do início das suas próprias vidas, ou das vidas dos pais e dos avós deles. Referem-se a esse tempo em que tudo andava integrado, os bichos, a vegetação, as produções dos homens e os próprios homens. Um tempo ideal: tempo de fartura em que tudo é franco e em que não existe a propriedade particular da terra, tudo é de todos.

O início da história da Vila de Ponta Negra coincide, então, com a usurpação maior: a usurpação da terra coletiva, uma usurpação sem contrapartida violenta. Uma usurpação definitiva que faz com que os homens percam a sua liberdade e vão vender o trabalho no mercado, estando assim para sempre condenados a serem prisioneiros do mundo. A Vila de Ponta Negra conta com duas grandes usurpações: a da terra e a da praia. Esta última, recentíssima, quando foram retiradas da praia dezenas de barracas onde se vendia comida e bebida – e os barraqueiros (principalmente os nativos da aldeia) que tinham direitos adquiridos há mais de dez ou vinte anos e alguma condição razoável de vida viram-se sem nada do dia para a noite.

Nos seus primórdios a Vila não conhecia a delegacia e as leis, nem o exército, nem a aeronáutica, nem os advogados. Morava por aqui, naqueles tempos, uma única família do poder: a do capitão Jacinto Torres, pai do general Jacinto Torres e de três outros filhos doutores. Eles seriam os únicos representantes da chefia, da autoridade. Mas logo logo um dado iria desestabilizar os tempos e tirar Ponta Negra da sua vida pacata e comunista³: a chegada dos americanos para construir uma base para os Aliados aqui em Parnamirim⁴. Os americanos acordaram a cidade de Natal e chegaram mesmo a interferir na sua paisagem e engenharia de uma parte das suas grandes avenidas. E esse foi o primeiro dado que iria mudar a história ou até mesmo começar a tecer a moderna história da Vila de Ponta Negra, estando gravada no imaginário popular daqui.

Foi aí que apareceu o barulho, um barulho ensurdecedor que as pessoas desconheciam. O barulho dos aviões e os treinamentos de tiro para os lados da Barreira do Inferno. Foi aí que começou uma grande desordem: o barulho que espanta os peixes e os animais, o início de um grande período em que tudo pareceu escandaloso. O escandaloso não é para o imaginário dos velhos da Ponta Negra aquilo que poderíamos entender como uma desordem moral, mas é o início de uma grande desordem natural do mundo, uma desordem telúrica.

³ A palavra comunista é adotada ao longo do livro segundo sua definição etimológica, ou seja, quando o autor se refere a um sistema que se baseia na propriedade coletiva (sem propriedade privada), em que os meios de produção ou serviços pertencem a essa coletividade.

⁴ A população de cerca de 40.000 antes da construção da Base Militar Americana de Parnamirim aumentou para quase 80.000 após a 2ª Guerra Mundial.

Com a ideia de que havia uma guerra, surgiu um interesse do povo pela notícia e foram aumentando os aparelhos de rádio. Esses aparelhos, por sua vez, trazem a música e são o início de uma grande revolução cultural, os primeiros passos de uma futura globalização. Toda a tradição vinha constituída da memória popular, principalmente a dos brinquedos populares, como o congo, o coco, o pastoril, o reisado, o boi, etc. O desenvolvimento do aparato sonoro do rádio como difusor da música, instalado longe da Vila, vai começando a criar nas pessoas uma cultura sonora, que vem de fora para dentro da comunidade. Se a primeira ruptura é a do barulho, a outra é a do som. A história moderna da Vila começa, portanto, com o barulho dos aviões e dos tiros e com o som da música – começa pelos ouvidos, confundindo a audição das coisas da terra, afastando os peixes e os animais. A televisão ainda vai demorar mais uma década a chegar por aqui, e a entrar pelos nossos olhos. E aí serão o som e o vídeo os dois elementos a conspirar contra a tradição oral. Irá a comunidade resistir como emissora da fala popular? Eis uma pergunta que até hoje deve ser feita quando pensamos na história viva da Vila. E todos nós devemos saber que quando a fala popular emudece a comunidade perde a sua força e vai desaparecendo.

Com o aparato aeronáutico americano vai surgir trabalho e notícia para agitar a vida na Vila. Os aviões americanos obrigaram um avião italiano a descer na base aeronáutica e fizeram prisioneiros os três italianos que vinham no avião. O avião, que tinha vários buracos de bala na fuselagem, conseguiu descer e nunca mais voltou a subir. Foi Seu Piloto quem me contou essa passagem. Ele foi testemunha ocular do caso quando trabalhava na construção de um hangar para os americanos. Ele era um dos vários moradores de Ponta Negra que tinham conseguido trabalho na base dos Aliados.

Até o imaginário meio delirante de algumas pessoas da Vila traz meio envolto em brumas lembranças dos americanos. Seu Luís de Maneco, que havia sido operado da próstata há pouco tempo, meio delirante dizia: “tenho que ficar bom logo, que eu tenho que me defender. Já tem trincheira sendo cavada por todo lado. A guerra está aí. Eu tenho que ajudar os Estados Unidos”. A guerra a que seu Luís se referia era a guerra do Afeganistão (iniciada por volta de 1979), vista através da sua televisão em preto e branco, mas a lembrança dele era mesmo a movimentação dos americanos por aqui na 2ª guerra mundial.

A chegada dos americanos e o advento da 2ª guerra mundial constitui uma fissura no mundo pacato de Ponta Negra, é um acontecimento importante na vida e no imaginário das pessoas. A Vila começa a ser assunto e Ponta Negra parece começar a também abrir suas veredas para a história.

Os políticos norte-rio-grandenses (principalmente a família Alves, uma das oligarquias do estado) viram trunfos importantes na posição estratégica dessa parte do país, primeiro com o importante aeroporto militar brasileiro, mas também, diante das possibilidades das guerras futuras e até experimentos com artefatos balísticos, não só na corrida armamentista (devemos lembrar que após a 2ª guerra mundial vão crescendo as lutas pelo poder entre Estados Unidos e União Soviética, dando ensejo à chamada Guerra Fria) como na exploração do espaço sideral, onde os russos teriam uma grande vitória: Yuri Gagarin, astronauta soviético, o primeiro homem a ir para o espaço, dando uma volta completa em órbita ao redor do planeta terra. Secundando esse quadro estratégico e a corrida tecnológica dos foguetes quer bélicos, quer de

exploração do espaço extraterrestre, os políticos sonharam então em vender a ideia de que uma espécie de Cabo Canaveral pudesse ser construído pelos americanos por aqui. Os políticos pensaram concretamente na construção de um espaço para lançamento desses artefatos, e logo definiram a área ideal: a Barreira do Inferno.

Esses mesmos políticos buscaram reforçar essa ideia através dos ministérios militares, e do conhecimento do governo brasileiro, que estava se estabelecendo em Brasília, recentemente inaugurada. E em pouco tempo, os projetos da Barreira do Inferno estariam sendo concretizados.

Grandes interesses, portanto, começaram a rondar a Vila de Ponta Negra. Há muito tempo se ouvia que um tal de Fernando Pedrosa dizia ter a propriedade das terras de Ponta Negra. Seu Piloto é quem conta sobre esse pretendo dono da Vila: “Ele era irmão de Silvio Pedrosa, que fora governador do Rio Grande do Norte. Quando disseram a Silvio Pedrosa que seu irmão havia herdado terra na Vila, deixadas por seu pai, Silvio foi dizendo ‘se ele herdou foi só ele, que eu não sei dessa parte da fortuna de meu falecido pai’”.

Foi Fernando Pedrosa quem começou a colocar arame farpado nas terras da Vila dizendo isso é meu. E reagia através de um capataz violento a qualquer morador que invadisse o que era pretensamente seu. Foram surgindo reações a esse grileiro: quando se sabia que ele estava por perto havia gente que pegava foice e facão e todo mundo da família ia enfrentá-lo, homens e mulheres com seus filhos. Havia um outro tal de Pedro Potengi que também disputava com Fernando Pedrosa a posse das terras.

O mesmo Fernando Pedrosa foi quem “doou” o terreno onde se instalaria a plataforma de lançamento de foguetes, na Barreira do Inferno. E nesse ponto a história fica um pouco mal contada. Gente do governo de então afirma que nada foi pago ao grileiro e que ele teria cedido santamente a terra. A que pouco podemos acrescentar, as negociações foram feitas entre eles muito antes da parafernália eletrônica usada para rastrear cheques e contas bancárias que são coisas destes nossos tempos. Disseram e assim se passou. Não há provas em contrário. O fato é que Fernando Pedrosa, além de grilar a terra da Vila, deu a maior parte dela ao governo, para que nela se instalasse a Barreira do Inferno. E o próprio governo, recebendo a dádiva, nada teve que pagar a quem de direito: dezenas de nativos que lá faziam seus roçados, alguns que lá moravam, todos foram expulsos. Assim, o próprio governo tornou-se o maior grileiro. E uma ordem radical foi e continua sendo ouvida em todos os cantos da vila: “Não tirem nem um pau da Barreira do Inferno!”.

Os primeiros grileiros da Vila pertencem à alta roda do poder político. Fernando Pedrosa é irmão de um governador. O Aluísio Alves pertence a uma das famílias mais poderosas do Rio Grande do Norte. Eles são os responsáveis diretos pela usurpação da maior parte das terras da Vila, a ponto de dona Benedita, aos noventa anos, ainda ter forças para gritar: “... pois foi esse homi das costa ôca que passou o trator em cima das terras do meu marido. Ele amofinou-se e morreu por causa disso”.

O passado da Vila de Ponta Negra, a essa altura, não é nem um pouco tranquilo para aquelas famílias que aqui estão estabelecidas há anos e anos. Elas vivem sob o pesadelo. O ato de propriedade da terra é uma declaração de guerra escrita pelos usurpadores. Mas a

resistência é também violenta, organizada e heroica. Qualquer velho diz que as pessoas daqui resistiam com paus e foices contra os grileiros.

Apesar disso, agora os moradores da Vila já não podiam pegar um pau na Barreira do Inferno para fazer carvão, para cozinhar ou para levantar suas casas de taipa. A Vila estava cercada. A usurpação, porém, era maior que a simples usurpação da terra – acabavam-se os caminhos e veredas que levavam ao trabalho, até os engenhos, às casas de farinha, às fazendas distantes. Era o fim de alguma cabeça de gado que precisasse de comer do campo – já não havia pasto. Não se podia plantar um grão. Com a usurpação da terra vai acabando na Vila todo um modo de produção agrícola, baseado em um trabalho solidário. E assim vão acabando também as casas de farinha, já que não há plantações suficientemente grandes de macaxeira. É difícil até imaginar como a cultura produzida naquele mundo conseguiu resistir à violência da perda das terras. A usurpação integral de todo um modo de viver agrícola provoca a primeira grande catástrofe social da Vila de Ponta Negra. É rápida. Não se substitui simplesmente um trabalho pelo outro. Os homens ficam sem rumo.

O estado, que acabou sendo o grande responsável por tudo isso, nunca indenizou a comunidade pela tomada à força das suas terras. O estado foi o maior grileiro, que sequer reconheceu a posse quando nem havia registros e contratos de propriedades por estas paragens.

Está aí o fim dos roçados da Vila. Está aí uma ordem dada a quem vivia de fazer carvão, quem fazia suas casas de pau-a-pique, quem cozinava com lenha. Logo a notícia se repetia: meteram arame farpado em volta de nós, cercaram a Barreira do Inferno com arame farpado! Pouco depois do arame viria a polícia, a polícia da aeronáutica que prendia quem entrasse no espaço.

As outras terras onde também fica o Parque das Dunas virou terra do exército. Do lado da Barreira do Inferno, da aeronáutica. E os nativos perderam duas das suas principais atividades econômicas: a agricultura e a coleta. Os homens mais velhos perderam seu mundo e seu sonho. Tudo era grande e farto. Havia caça, fruta, lavoura. Tudo acabou de um dia para o outro. A história virou sua página. A agricultura virou passado. Apesar de tudo isso, fico impressionado com a vitalidade e a esperança que os velhos de Ponta Negra continuam tendo.

E esse processo de posse da terra foi se acelerando não só na Vila. As veredas que levavam longe os habitantes daqui em busca de trabalho nas casas de farinha ou nos engenhos foram desaparecendo. Foi surgindo o arame farpado por toda parte. Já era difícil passar a pé ou de animal sem passar por dentro das propriedades particulares. Só se podia agora passar pelas estradas.

Se antes dos anos 1970 a pesca podia ser sazonal para os nativos da Vila, quando se extermina a atividade agrícola a pesca passa a ser atividade diária. E logo logo surge uma outra atividade na praia: o comércio ambulante e as barracas de comerciantes que vão começar a ser construídas na praia. Um grande número de nativos irá prosperar com essa nova atividade. E o comércio na praia tem também um outro dado importante: pais e filhos dividem tarefas no empreendimento das barracas. Uns tratam do estoque de comidas e bebidas, outros trabalham na cozinha, outros servem nas mesas. E a família vai se aprimorando no cardápio

regional servido na praia. Nesse momento e nessa atividade, a família nativa trabalha junta e prospera junta. Isso até o segundo grande golpe na estrutura econômica, social e cultural da Vila: a usurpação pelo governo do município dos direitos de exploração das barracas da praia pelos nativos de Ponta Negra.

A história viva de Ponta Negra tem esse aspecto fundamental: de vencedores amparados por um sentimento telúrico primordial, os nativos passam ao campo dos vencidos, depois de tantas usurpações, de tantas catástrofes. E assim se inaugura a história como campo de batalha para os antigos moradores da Vila: a história das usurpações da terra, da praia e do trabalho e outras, não menos sérias, como usurpações no campo simbólico.

O cemitério novo da Vila foi criado em 1927. Antes disso havia o cemitério de baixo, onde todos os cristãos desta aldeia foram sendo enterrados durante anos a fio. Grande parte das famílias nativas da Vila deixaram lá seus antepassados. E pairam imaginários e mais imaginários a respeito desse antigo cemitério. “Dizem que muitos índios foram enterrados nesse cemitério”, diz Dona Maria Lúcia, ela mesmo nativa como uma índia. Parece-nos que um depoimento como esses haveria de pôr um antropólogo com um prazer de Sherlock Holmes por pistas assim encontradas. Mas cemitérios cristãos antigos não ficariam tão perto do mar, só algum espaço que talvez tenha servido ao enterro cristão em algum genocídio de índios, lá pela Guerra dos Bárbaros. Depois esse cemitério foi servindo para enterrar o povo daqui, sem jamais esquecer os índios que nele foram enterrados. Tantas culpas cristãs e colonizadoras achariam mais tarde um corpo santo. Isso é o que nos diz o grande Doge: “No cemitério antigo foi achado um corpo santo”. Em qualquer civilização cristã ocidental esse cemitério entraria na vida das pessoas como um espaço incontestavelmente sagrado, propenso a ser o último palco de algum genocídio, que geraria alguma santa capaz de realizar milagres. Seria espaço para turismos primordiais, essas antigas romarias que se fazem pelo mundo inteiro, buscando as vidas dos santos e os seus milagres.

Mas onde é mesmo que ficava o antigo cemitério da Vila de Ponta Negra? Os velhos apontam... ali... e ali, onde hoje ficam as grandes mansões à beira mar e parte de um estacionamento de automóveis de quem vai à praia. Onde fica a tal da Igreja Católica de Natal, que sequer foi capaz de preservar tão importante espaço simbólico, no qual os nossos mortos são enterrados pelas suas mãos, depois da extrema unção dada pelos padres... não é à toa que a Cidade de Natal seja uma cidade tão dessimbolizada, tão desaculturada, e tão desprotegida de espiritualidades primordiais.

IV – Nossas famílias

Citamos anteriormente as principais famílias daqui da Vila. Pessoas que habitavam a pequena Ponta Negra de quatro ruas e cercanias, mas cercada por um enorme território produtivo. O povo de fora respeitava a comunidade – “se alguém mexesse com as mulheres daqui, os índios de Ponta Negra pegavam”, conta Zé Preto. “E o povo do Pium? Eles respeitavam a gente – não entravam na Vila, a gente não deixava. E o povo da Vila também não entrava no espaço dos do Pium”. Essas eram as duas comunidades que existiam por aqui. Desde a origem as famílias são descendentes de negros – como os Zé Tigre e os Congo –, de índios ou de portugueses.

Muitas famílias até se orgulham de descender de índios embora nem os mais antigos cheguem a afirmar a existência de algum núcleo indígena por aqui, embora sempre haja indícios nas falas e até nas dúvidas das pessoas: Dona Maria Lúcia chega a dizer que muitos índios foram enterrados no cemitério antigo. Um deles, o finado João Tó, era chamado de índio, sendo que alguns acreditam que ele apenas teria viajado pela Amazônia e trazido consigo muitas histórias de índios. Os nativos acabam sendo predominantemente morenos, já que foram se misturando ao longo do tempo. Mas não têm índio, negro ou português puro por estes lados – todos já chegam aqui bem misturados. O povo daqui também não estava organizado em classes diferentes. E não se destacam na comunidade por pertencer a esta ou aquela família, a esta ou aquela raça, a esta ou aquela profissão. Sinto o povo daqui como bastante igual entre si.

Algumas perguntas no ar: que famílias prosperaram em que atividades? Qual era a relação dos nativos com o pessoal que vinha de Natal veraneiar em Ponta Negra? Que famílias tinham muitos terrenos? Que famílias tiveram seus terrenos “grilados”? Que diferença se fazia entre os pobres e os ricos?

São poucos os nativos da vila que ainda possuem propriedades expressivas. Os terrenos onde hoje vivem os nativos da vila são típicos: têm mais ou menos dez metros de frente, por vinte ou trinta de fundos – ou seja, são pequenos terrenos, estreitos e compridos. Os telhados podem ser de duas águas ou de uma só. A casa original, onde moram os velhos, é a casa da frente, que tem geralmente uma porta e uma janela diretamente para a rua. Com o crescimento da família, a casa também vai crescendo, em forma de vila – atrás da casa principal outras vão se construindo à medida que os filhos vão se casando e nascem os netos. São vilas de três ou quatro pequenos quartos em que costumam morar muitas pessoas.

Os nativos de Ponta Negra somam entre 3% e 5% por cento do total de habitantes. A rua de baixo, junto da praia, já não existe em moldes antigos, e as casas são pagas a preço de euro. Ali, uns poucos metros acima, está a propriedade da Igreja, que virou luxuoso hotel que serve principalmente aos estrangeiros. Nesses dois locais não há remanescentes nativos. Tudo está ocupado por gente de fora. Subindo-se até a rua de cima ainda temos espaços muito valorizados e onde moram os nativos mais afortunados, famílias que conseguiram construir algum patrimônio. A Vila é uma espécie de saco e os seus moradores moram principalmente nos fundos desse saco. Quando nos aproximamos da antiga rua da Floresta é que começamos a ver um panorama mais tradicional – e é aí que moram os nativos, em maior concentração. E

é saindo da rua da Floresta que chegamos a outras esquinas e ruas de velhos moradores, como a rua Manuel Congo e a rua Alto da Boa Vista. A maior densidade da população tradicional está na rua da Floresta. Depois essa população vai escasseando por toda a Vila afora, até chegar pela rua da Lagosta ao cruzamento da Afonso Magalhães. A população mais pobre da Vila fica por trás da antiga rua da Lagosta, área onde chegam pessoas de fora, pobres, que buscam trabalho na praia, juntando-se aos nativos pobres. Numa linha reta que prolongue a rua da Lagosta vai deixar nos fundos uma pequena favela – a favela do Pião – e outros aglomerados pobres, por trás do campo do Botafogo. Prolongando a antiga rua da Lagosta para além da Afonso Magalhães, já teremos um enorme complexo habitacional moderno e de classe média e alta, até o Alagamar.

Em geral, as famílias dos nativos não são mais famílias tranquilas. Os velhos costumam ser os mais amofinados. São em geral lúcidos e costumam manter um grande número de antigos amigos. Às vezes se reúnem para jogar cartas ou outras para atividades organizadas ligadas a clubes de terceira idade, outras em torno de brincadeiras antigas como o congo e o coco de roda, que se orgulham de saber dançar, dizer e cantar. Em casa, por serem aposentados, costumam ter um dinheiro certo por mês para manter a família, não a grande família, é claro. Mas todas as outras famílias agregadas costumam ter menos recursos do que a família dos velhos, daí estarem sempre demandando ajuda para tudo o que pode faltar numa casa: alimentação, roupa, gás, luz, água, pagamento de prestação, ajuda para uma festa, etc. A ajuda acaba sendo mútua. Se a segunda geração trabalha com o peixe, então com o peixe costumam abastecer as necessidades de duas ou três das casas da vila. Os problemas que os velhos vivem hoje mais agudos são derivados, principalmente, do desemprego. A pescaria, principal trabalho da segunda geração, está cada vez mais sazonal, depende do tempo, depende do material de pesca, do barco e, sobretudo, de um companheiro pescador dedicado – todos se queixam que por qualquer razão um pescador auxiliar deixa de ir à pescaria. Um pouco em função disso e das dificuldades da própria profissão andam os pescadores bebendo demais, tendo geralmente cada família ao menos um caso de viciado em bebida. A terceira geração – a dos jovens até vinte e cinco anos, essa mal consegue se organizar, mal consegue saber o que quer, na medida que não têm emprego, nem se acostumam na profissão de pescador. Se conseguem trabalho é trabalho sazonal na praia, que quando acaba os deixa sem ter o que fazer. Esses jovens costumam dar-se muito cedo, homens e mulheres, aos prazeres do sexo, logo secundados pelos desprazeres da gravidez e do nascimento dos filhos indesejados – que formarão a quarta geração da vila.

A família vem se tornando permissiva – a mocinha teve um filho, depois outro e mais outro... aos quinze, dezesseis anos, já tem três – os pais, ao menos assim me parece, esperam ajudar a criar os netos no quintal, no grande quintal que é a vila, numa visão antiga e em vias de desaparecimento, sobre a criação dos filhos.

Os casamentos são precaríssimos: moças e rapazes muito jovens acabam sendo pais solteiros e logo se juntam. “Você é casada? Não, sou junta”. Grande parte dos casais da Vila têm relações muito precárias, que não resistirão à primeira dificuldade que o casamento oferecer. As pessoas largaram umas das outras, ficando a mulher com um ou dois filhos nos braços. Relações sexuais irresponsáveis, elos precários de união do casal, filhos quase sempre abandonados à sorte, pessoas que logo deixam de ser crianças ou adolescentes, tornando-se

adultos muito rapidamente e quase sem ter consciência de que já são adultos. Quando os casais se separam, o homem geralmente não tem emprego fixo e se vai embora, também não zela pelos filhos e nem tem dinheiro para ajudar a criá-los. Pensão alimentícia é pura ficção. Mas há sempre casos e mais casos percorrendo todos os espaços judiciais, brigas e mais brigas. E a mulher fica meio tonta, meio sem saber o que fazer.

Os meios de sobrevivência mudaram, mas as pessoas parecem não saber disso. Ainda se vive agora como se fosse possível ter uma família de dez crianças, sem pensar que para isso seria preciso que ainda houvesse caça, que a pesca fosse farta, que as frutas fossem livres, que as terras fossem abertas.

Outro problema que aflige as famílias da Vila é o da crescente marginalidade dos jovens – a falta de perspectivas acaba dando em vício em drogas (bebida, maconha e, principalmente, crack) – que desespera os velhos. E de uma certa permissividade antiga entre os jovens vai surgindo a promiscuidade que, próxima de uma área turística, acaba chegando à prostituição, que coloca jovens em contato com doenças sexualmente transmissíveis, como o HIV.

Antigamente pouco se tinha e bastava. Hoje, diante dos ricos e do turismo, os jovens pobres ficam desmedidamente ambiciosos. Querem ter dinheiro para gastar. E logo vão buscar o dinheiro fácil, principalmente no tráfico, mas também no furto e no roubo. Os viciados pressionam toda a população por dinheiro para comprar tóxicos. Deixam as famílias tensas e descontroladas.

As famílias da Vila têm se tornado extremamente permissivas e uma palavra resume isso: “Dexa!”. O menino começa a aparecer com muito dinheiro em casa. Dinheiro que não é do trabalho, que seria muito menos. Então, só pode ser de roubo ou de tráfico. “Então, dona Fulana, seu filho tá chegando em casa com muito dinheiro, pode ser fruto de algum roubo, pode ser de tráfico e a senhora não diz nada...?” “Dexa!”. A mesma coisa com a jovem de doze, treze anos, chega com dinheiro em casa, pode ser disso ou daquilo, da prostituição, por exemplo. “Então, dona Fulana?” “Dexa!”. A coisa é muito grave e muitas famílias vêm dilacerando seus elos afetivos e hierárquicos, decaindo juntos até mesmo no tráfico de entorpecentes. Começa com o filho, depois a mãe, a irmã e o pai acabam aderindo, vendendo drogas e protegendo a criminalidade contra a polícia.

Diante de tanta pressão e tanta desagregação é comum os velhos desejarem sair da Vila de Ponta Negra. Um grande sintoma desse desejo de evasão são as placas de vende-se cada vez mais comum nas casinhas dos velhos dessa aldeia que outrora foi paradisíaca. A aldeia de Ponta Negra, pulmão vivo da Vila, está em perigo de vida, e todos nós, moradores daqui, também estaremos tendo irreparáveis perdas no dia em que desaparecer toda essa tradição e todos os seus ares. Apesar da perigosa decadência que vai ameaçando a comunidade nativa de Ponta Negra de extinção, vejo nos nativos uma espécie de grande família, remanescente de antigas práticas de solidariedade no trabalho, na divisão do que comer, da antiga cultura popular comunitária e até mesmo de uma estrutura familiar de jeito patriarcal: é o velho que costuma mostrar o caminho na família. E mais que isso – os velhos de Ponta Negra são cheios de sabedoria. Acreditar num futuro brilhante para a comunidade antiga é ver um claro pano de fundo nas experiências vividas pelos antigos, calcadas numa

espécie de comunismo primitivo, cheias de amor e alegria e possíveis projeções suas para o futuro. Será pelo resgate dessas práticas e pelo investimento em outras, atuais, mas de mesmo quilate, que poderemos esperar da Vila dias melhores e muitas utopias.

Se você é de fora da Vila, observe uma coisa bonita daqui: as ruas receberam o nome das pessoas simples da comunidade que já se foram. Nomes simples que vão do nome de um bonequeiro ao nome do patriarca de uma família, como Manuel Congo. E nomes como as pessoas eram conhecidas – Manuel de Peninha, por exemplo.

Ainda vou fazer um levantamento das pessoas de cada família, das famílias nativas.

V – Maninho, o paraíso roubado

Nos entornos de algumas antigas aldeias em Portugal, lá no norte, onde as pequenas propriedades predominam, existe um espaço onde as gentes vão buscar lenha, mato, frutas silvestres, onde vão levar o gado ao pasto, etc. Esse espaço é o maninho. De mano, maninho, terra irmã, terra de todos os irmãos, espaço fraterno. É um espaço coletivo, pertence a toda a comunidade e não é propriedade privada de ninguém. Muitas tradições da Vila de Ponta Negra são mantidas graças à existência de espaço semelhante, localizado nas encostas da Vila.

Onde pastam os animais dos carroceiros da Vila? Onde pastam vacas e outros animais, como cabras, bodes e borregos? Onde vão todos os dias verdadeiros sertanejos montados em suas mulas buscar lenha ou varas para cercados? Onde vão sempre que é época de caju, grupos de mulheres e crianças com cestos à cabeça? E na época da mangaba, verdadeiras incursões de gente em busca dessa preciosa fruta, colhida de vez e depois abafada para amadurar? Eis retratos tradicionais da Vila, ainda vivos, mas que já parecem coisa antiga.

Se já não há tanta caça e são tão poucos os caçadores, ainda assim é fácil encontrar nas casas de algum nativo da Vila algum peba recentemente caçado, a pele de alguma cobra, algum animal silvestre abatido para servir de alimento para a família. É principalmente à noite que se dá a caçada. Justamente nas terras do maninho, ou do que seria o maninho, uma faixa mais remota da Barreira do Inferno.

É extremamente importante para os nativos criar e manter um espaço como esse a partir dos limites das construções da aldeia. Ele mantém o imaginário arquetípico que liga o homem à terra edênica, às plantas e aos animais, à noite sem luz, aos bichos da noite. Um contato necessário do homem com o mundo que o cerca, quase selvagem. Viagens milenares, feitas numa única noite, numa incursão de caça.

O que vemos gradualmente na Vila é a destruição do espaço natural, que acompanha o desenvolvimento da cidade de Natal. A educação das pessoas mais velhas está ligada a um sem número de vivências com a natureza, que não pode ser reproduzida se não existe mais lugar para ela. Um número enorme de produções simbólicas interage de maneira constante com os remanescentes naturais. O fato de existir na Vila um número bastante grande de pessoas idosas nativas e, sobretudo socialmente ativas, atesta a sobrevivência de elementos de ligação telúricos. Eles são tão fortes quanto as instituições que foram chegando até o lugar, como igrejas, escolas, delegacias, centro de saúde, etc. São eles que representam essa memória telúrica, perdida quase totalmente nas grandes cidades do país.

As sociedades humanas, como os animais, só sobrevivem se existe para elas um habitat. Um certo equilíbrio ecológico que dê conta das sociedades em vias de desaparecimento deve ser construído com toda a garra civil possível, para que a cabeça social não fique vazia e apenas disponível para a trama econômica de mercado. Temos que assegurar a sobrevivência da memória comunitária sem medo de nenhum trauma de atraso planetário. Isso se traduz em fazer sobreviver caminhos por onde se ande a pé, espaços coletivos (quintais coletivos), que nos deixem circular e produzir e coletar produtos naturais, experimentos com trabalhos coletivos solidários, reconstituição e jogo em antigos brinquedos (congo, coco, boi

de reis, reisados, etc.), produção de objetos simples, sem mecânicas engenhosas nem circuitos eletrônicos, uma educação voltada a salvaguardar o que é tradicional nessa comunidade.

As pessoas da Vila às vezes ousam passar pelo arame farpado da Barreira do Inferno. Não para desafiar ninguém: é uma verdadeira busca pelo maninho. As autoridades sempre advertem e amedrontam – existem minas debaixo da areia que podem estourar a qualquer toque dos pés. Mas aqueles terrenos, alguns já foram lavrados pelos antigos trabalhadores da terra da Vila. E os descendentes do povo nativo da Vila têm sempre vontade de um dia voltar àquilo que foi seu e que faz parte de um verdadeiro paraíso.

VI - A terra viva e seu imaginário

“Tudo era de todos”, eis o imaginário primeiro do povo de Ponta Negra. Pela praia chegava-se a Pirangi. Ia-se a pé tomar banho e lavar roupa no Jiqui. Atravessava-se o Pium ou chegava-se a pé a Parnamirim. Embora o tal Fernando Pedrosa dissesse para todos que era o proprietário das terras que iam Barreira do Inferno adentro e também das que hoje ficam do outro lado da pista, ninguém o levava a sério aqui na Vila, e quando vinham seus capangas havia sempre gente de foice e facão para enfrentá-los.

Havia dezenas de roças pelos campos afora que, quando acabada a safra, voltavam a pertencer à comunidade. Todos possuíam a terra, ninguém era dono dela. E aí a terra era o paraíso: as frutas a todos pertenciam, havia a caça, havia as árvores, varas e cipós. E por toda parte eram veredas, caminhos pouco puídos, que davam o itinerário a quem ia trabalhar longe. Grande parte da sobrevivência das pessoas era dada pela coleta, o que significava que todos podiam coletar o que quisessem, em estado natural.

Mas todos conheciam e respeitavam as grandes propriedades e seus proprietários – o finado Mané Machado, por exemplo, era dono de um enorme cinturão de terra que ia de Parnamirim e para além de Macaíba. Foi ele quem doou e ajudou a construir o campo de pouso de aviões onde desceria o primeiro zeppelin e onde mais tarde seria construído o aeroporto e a base da aeronáutica. Havia outros grandes proprietários: o Jiqui era todo do finado Olavo Montenegro, que também possuía seu próprio engenho de cana, o da Taborda. Ele tinha vacarias e dava emprego para muita gente.

Mas nada havia que fosse obstáculo aos longos percursos do povo da Vila, mal havia arame farpado. O povo também ia trabalhar nos engenhos, longe (Seu Severino lembra do nome de várias pessoas). Essa era a maneira de conseguir algum dinheiro, que era muito difícil, naqueles tempos. E sempre se precisava de algum pouco, embora sempre se tivesse o de comer dentro de casa – feijão, milho, farinha, peixe. Trazia-se a rapadura e o açúcar .

Uma coisa interessante: o quintal daquele povo não ficava atrás da casa. Era muito mais o mundão de terra que ficava em frente às casas – a Beéca conta que pegava cestos e cestos de goiaba no espaço que seria do Paulo Rodrigues, em frente à sua casa. E ninguém impedia que isso acontecesse. Tudo era franco. Mas logo viriam aqueles que reclamariam a propriedade das terras, deixando a pergunta: “Quem deu pra quem aquela terra, se ela era de todos?”. Espertalhões como o Fernando Pedrosa conseguiram se apropriar da terra e forjar documentos. Os juízes de direito queriam provas de propriedade que só os ricos podiam dar. Se chegassem por aqui e estudassem as contestações populares da propriedade, jamais dariam tudo de mão-beijada aos grileiros. Mas os grileiros sempre tiveram, por toda parte, mais direito às terras do que aqueles que nelas plantaram e viveram toda a sua vida.

As pessoas da Vila não reconheciam os direitos dos grileiros e muitas chegaram a ir organizadamente até o governador, pedindo a ele que intercedesse a favor dos camponeses. Mas isso nunca aconteceu. Num enorme desprezo a seu povo, vários governantes grilaram com as próprias mãos as terras coletivas da Vila de Ponta Negra. Mas isso a história oficial do Rio Grande do Norte não conta, como não conta a história do genocídio dos índios que

habitavam todo o estado. A própria história dos negros ainda está muito mal contada, inclusive a dos negros da Vila.

Diante das pequenas casas dos nativos foram sendo construídos muros altos, protegidos no seu topo por cacos de vidro ou pontas de ferro, sendo que agora até andam colocando arames eletrificados. Isso é para que o povo da Vila não entre nas novas propriedades. As pessoas dessas propriedades jamais saem a pé à rua. Entram e saem em carros de vidros fechados e ar condicionado. E ficam ali enclausuradas.

Já descrevemos acima como ficaram as casas da maioria dos habitantes antigos da Vila. Casas extremamente simples e pobres, mas onde se conserva toda a história da Vila e as possibilidades de resistir e conquistar dias melhores, pela sua antiga união, ainda mantida. Os nativos vem passando de uma visão comunista da propriedade da terra, para uma visão capitalista e burguesa. Mas a terra sempre irradia bons fluidos na cabeça dos que a aram e a plantam. Para esses, a sua terra nunca é simples fotografia. Ela sempre reverbera sentimentos, ela ajuda a humanidade do homem.

VII - Fogo morto

A alimentação básica do povo é produzida aqui mesmo. Já dissemos que os nativos tinham por todo lado os seus roçados. Aqui eles plantavam a macaxeira, o milho e o feijão. Já a rapadura, essa era produzida nos tantos engenhos que existiam por perto, e os trabalhadores iam a pé até eles. Também existiam as casas de farinha. “Ali mesmo, um pouquinho pra lá da praça do Cruzeiro tinha uma”, conta Dona Maria Lúcia.

Se Doge conta que “Casas de farinha, havia muitas. Você ia lá e fazia tal quantidade (ver com ele as medidas, como eram então). Fazia farinha para o ano todo. Se precisasse farinha para comprar não havia quem vendesse, todo mundo tinha. Se faltasse aí você ia na casa de farinha e pegava o tanto que você precisasse e depois, quando você voltasse a fazer farinha você descontava da sua parte. Dinheiro, quase não havia. Plantar, todos plantavam, faziam sua lavoura, a terra era livre, você chegava e plantava. Mas você não plantava sozinho. Quando era o seu dia de plantar você ia e dizia para o vizinho pra lhe ajudar e ele ajudava, dois, três dias. Quando era a vez dele de plantar ele fazia a mesma coisa, vinha e pedia a você e você ia trabalhar no que era dele dois ou três dias, e pronto. Era assim. Essa era a paga. Ninguém vendia seu trabalho”.

Como se trabalhava na casa de farinha? O primeiro havia de ser sempre o forneiro, que era quem botava fogo no forno da farinha, lá pelo lado de fora da casa, que é para que o pessoal que trabalha aqui dentro possa estar longe da fumaça. A mandioca ia ser moída e a massa prensada, peneirada e o líquido ia caindo embaixo do coxo embaixo da prensa e depois de algumas horas já se tinha a goma. A massa vai agora para o forno, que já tem que estar no calor exato. O forno é feito de cimento e trilhos de ferro que devem estar superaquecidos na hora de fornecer a farinha. Uma vez quente a farinha, o forneiro tira a lenha que já está queimada na parte de baixo do forno. Quando é lançado o primeiro bolo de mandioca moída e peneirada, o bolo há de ser espalhado sobre a superfície quente do forno, sem deixar embolotar – o que é conseguido com um rodo, que movimenta a massa até que ela vá torrando. Uma vez torrada a farinha, ela é colocada num tanque ao lado esquerdo. Existe um primeiro tanque, do lado direito, que serve de depósito para a farinha peneirada.

O dono da casa de farinha terá direito a um tanto da farinha produzida. O combustível ou a energia que move o motor que mói a mandioca, fica por sua conta. O forneiro, o homem que trabalha na produção junto ao forno – toda essa mão-de-obra fica custeada pelo dono da mandioca, que divide a farinha entre ele mesmo e o dono da casa. Esta divisão é feita por cuias. Caberão tantas cuias ao dono do forno e outras ao dono da mandioca. Os trabalhadores podem receber ora em farinha, ora em dinheiro. Costuma-se aproveitar o forno quente para fazer beiju.

Além da casa de farinha que ficava a pouco mais de cem metros da praça do Cruzeiro, seu Doge conta nos dedos mais sete ou oito casas de farinha aqui na região da Vila de Ponta Negra. Sinto que simples chaminés enormes no meio do descampado já tiveram tanto significado para as pessoas da Vila! Os Engenhos de Cana. Não há um só velho morador da Vila de Ponta Negra que não se refira a eles com saudades. Os engenhos já tiveram em volta de si a pura história.

VIII - Heranças que os velhos deixaram para os novos: os griôs da Vila

Neste capítulo, para falar da espiritualidade na Vila de Ponta Negra, evoco novamente aqueles que inspiraram todo este trabalho – os velhos nativos. Tenho aprendido com eles a sentir a espiritualidade na flor de todo o manto sagrado que repete a aldeia. Evoco Seu Piloto, por primeiro. Ele é um dos historiadores mais importantes daqui. Mas um historiador que fala o tempo todo das origens. Uma espécie de historiador bíblico. “Vivi o princípio do mundo: tudo era farto, muita fruta, muita caça, muito peixe. Venho da época do maná divino: a terra era sagrada, dava tudo. A mãe natureza. As crianças andavam tudo por aí sozinhas, mas eram amparadas, alguma mão divina as guiava, tínhamos quinze, vinte filhos e criávamos eles tudim. Tudo era um quintal. O Sinhô não vê, hoje a família cria um, dois filhos e olhe lá. Um dia foi a luz mais forte do mundo. Outro dia foi o maior barulho do mundo. E no terceiro dia chegaram os homens mais ambiciosos com seus capangas e policiais e tomaram de conta da nossa terra. Foi o fim do mundo em três dias – no primeiro a luz afastou todo o peixe do mar, essa luz mesmo elétrica que os homens inventaram; no segundo dia apareceram os aviões americanos e as explosões de tiros e bombas espantaram os bichos, inventaram a guerra, seduziram as nossas mulheres e chegaram com os dólares nos bolsos, que encantaram todos os políticos ambiciosos, que logo quiseram vender pra eles bases de foguetes; e no terceiro dia chegaram esses homens ambiciosos e meteram arame farpado no que não era deles, na nossa terra sagrada – metade eles deram para a Barreira do Inferno, metade ficaram para eles mesmos venderem para os ricos que foram chegando à Ponta Negra. Agora o Sinhô vê tudo escandaloso, tudo desmedido e desmantelado, é a degeneração. É o fim do mundo”.

Seu Piloto vai mais longe como grande timoneiro. É conhecedor profundo das plantas medicinais e receita para todos os doentes que o procuram – é um curandeiro, que o povo procura o tempo todo. Mas vai além, sabe que cabeça gera doenças, o mau-olhado, a inveja, o ventre caído. E mais: a mulher que perdeu o marido ou a mulher que deseja seduzir um outro homem, ou algum doente incurável, que a medicina já desenganou, ou a criança que nasceu com algum problema, ou a mocinha que dá ataques – todos procuram o velho Piloto. Pelos seus conhecimentos profundos da flora, da fauna e dos comportamentos do corpo humano, ele age como médico, como um curador. Mas quando os males são da alma, ele responde com as forças que curam os males da alma, como um psicanalista. E logo transcende e é tomado por uma enorme força espiritual. Ali, onde a medicina e a psicanálise não dão jeito, a mão do timoneiro reza: “Aqui não fala o tambor de xangô, mas a força da reza, que pelas minhas mãos não são nada, que eu não faço nada que venha de mim, eu rezo, e tudo passa para a esfera do espírito, para a força divina. O que o povo alcança comigo não vem de mim, mas dele. Que eu tenho forças, eu rezo, e fico mais perto dele, todas as noites. Não faço milagres. A força é dele. Eu acredito. E é também a força das coisas, que também são dele”. Seu Piloto fala como um xamã, como um iluminado e tem evidentemente uma força superior. Ele evoca os deuses. E fala sempre com seu interior sagradamente possuído. “Eu trabalho o tempo todo, faço carvão, busco lenha, porque eu ainda trabalho e atendo a esse povo todo que vem me consultar, é muito trabalho, é muito trabalho, o sinhô sabe...”.

Seu Piloto foi então um dos maiores griôs da Vila. Griôs são os velhos africanos que possuem a memória histórica das suas comunidades e que sempre reúnem os jovens para contar a eles a história da sua etnia, entre outros relatos. Eles são contadores de histórias e os verdadeiros educadores dessas comunidades. Aprendi sobre eles na verdadeira Rede Griô que o Ministério da Cultura vem criando há três anos⁵, preocupado com a recuperação da memória social das comunidades, das tribos e dos quilombos. Nossa preocupação neste livro de história viva é com aqueles que mantêm na ponta da língua tudo o que aconteceu nesta comunidade e que são os verdadeiros griôs da Vila. Por extensão, também me sinto um griô, que registra em palavras a história oral da Vila, contada por seus anciões.

⁵ O autor aqui se refere à rede que nasceu em 2006 a partir do projeto Ação Griô apresentado pelo Grãos de Luz e Griô e culminou na criação do Projeto de Lei 1176/11, que institui uma “política nacional de transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral, em diálogo com a educação formal, para promover o fortalecimento da identidade e ancestralidade do povo brasileiro, por meio do reconhecimento político, econômico e sociocultural dos griôs e das griôs – mestres e mestras da tradição oral” (Fonte: Secretaria Especial de Cultura, Governo Federal. Acesso em: <http://cultura.gov.br/acao-grio-444366/>).

IX - As grandes brincadeiras da Vila e seus brincantes

Todo mundo que dança tem palavras encantadas. Seu Severino é jardineiro. Foi assim que o conheci. Ele começou falando de coco de roda, uma das brincadeiras da sua vida inteira, que estava fazendo uns instrumentos “pra mod” brincar. Depois começou a contar a história da Vila, começando pelos antigos engenhos, onde seu pai trabalhava, depois pôs-se a falar da geografia antiga da Vila de Ponta Negra. Mas sempre que podia pontuava com as cantigas os novos andamentos da história. Acredito sinceramente que as lembranças fortes organizadas a partir de estruturas rítmicas nunca deixam apagar a memória. Assim, muito há de ser feito no campo da pequena história verdadeira (dessa história da comunidade) pela reconstituição das danças e da música tradicionais, tiradas dos museus, onde estão às traças, e recolocadas nas bocas dos seus milhares de protagonistas viventes. Reunir os velhos para dançar e cantar e aí eles começarão a reconstruir a história e a dar as estruturas para o que virá a acontecer. Acredito que a história viva começa pela memória do brinquedo e essa memória rítmica, poética e comunitária, há de ser sempre o principal *background* da resistência cultural. Um imaginário que não se apague como base para os acontecimentos passados e presentes.

Volto a pensar nas coisas do Seu Severino. Ele inconscientemente volta cada dia à sua infância. Em uma de nossas conversas, ele disse para mim: “Vou botar um barraco para vender alguma coisinha ‘pra mod’ ajudar nas despesas da casa, fica lá para as bandas de Alcaçuz. Mas eu não tenho como levar umas caixas e umas mesas até lá na minha moto”. Pois eu fui andar com ele sem pensar que a Vila tem esse fim de mundo como seu quintal, lugares infinitos percorridos a pé, lugares que tiram o bairro dos seus limites e que sempre abrem para o desconhecido. Seu Severino ainda faz que anda a pé desde as grandes chaminés – os engenhos onde ele ia ao lado do pai, que trabalhava por lá. O longe são as chaminés do Japicanga. E o que elas cantam todos os fins de tarde, verdadeira ave-marias, soltando o vapor das caldeiras e o calor do trabalho. De novo a figura do pai fazendo o fogo, agora preparando a chama para botar o coco. “No quintal da Vila o que eu ouço ao longe é a música dos engenhos, mesmo que eles não cantem mais, eu ainda vou lá, sempre. É, a chama, eu bato a chama, eu boto o coco”.

O fim do imaginário das classes médias fez com que elas mergulhassem no tédio da mídia, que nada tem de substancial. É o fim da história, da vida comunista, da vida comunitária. A urdidura dos acontecimentos parece que está para lá das forças do homem. O advento da classe média na Vila de Ponta Negra vai equalizar a Vila ao padrão burguês e capitalista. E aí não haverá mais esperança, nem mais o que fazer. O preço que a classe média pagará em não se engajar na resistência cultural popular é o fim da mesma língua e dos mesmos costumes e das mesmas comidas e do mesmo ritmo e da mesma nação. Falar da criação da classe média é falar da história da globalização, em seu início. A classe média é cada vez mais o espaço para a cultura global, desnacionalizada, que fala quase inglês, ou um certo português padrão, ou um português com a entonação e os cacoetes da televisão e do rádio, cada vez mais longe do complexo dialetal popular que deve ser mantido.

X - Peixes e pescaria

A Vila de Ponta Negra nunca foi apenas uma vila de pescadores. A pesca sempre foi uma das principais atividades dos moradores, mas não é a única. Sempre se plantou por aqui no inverno. Nessa época o peixe é abundante. Do São João a Santana é a época do bonito. Depois do inverno, mais ou menos de outubro em diante, a pescaria vai até a Quaresma – e aí é a época do xaréu, do serra e da tainha. “A gente subia no alto dos morros para ver por onde andavam os cardumes – e aí a gente avisava aos que estavam no mar onde é que estava o peixe”, relata Seu Piloto. “Era comum saírem peixes grandes, a pesca era farta. Tudo foi acabando”. Seu Piloto conta que certa feita uma enorme baleia veio dar na praia: “Era enorme. O povo fez óleo do couro dela e muita gente fez muita coisa dos ossos enormes. Eu era menino quando isso aconteceu”.

É o Doutô quem diz: “Só nos resta os nossos botezinhos para a nossa pescaria, a dos mais velhos. Porque nada diferente dá certo com os pescadores daqui de Ponta Negra. A gente faz hoje uma reunião com cinquenta e faz outra amanhã, onde todos devem vir, e aí só vem cinco. Tenho trinta e um anos de pescaria, sempre foi assim. Prometeram barcos motorizados para nós, nada deu certo. Entra muita gente para enrolar”.

“Está ficando difícil viver da pescaria. Olhe, um chefe de família como eu. Tanta gente para sustentar. Os meus filhos não querem ir pescar. Alguns compram peixe dos outros pescadores para revender. Mas pescaria mesmo eles não querem. Porque ao invés de comprar peixe dos outros eles não vão pescar comigo?”, lamenta Doutô.

O ancião também fala das dificuldades da pesca: “Mas o peixe é muito menos, hoje. Antigamente eu chegava com caixas e caixas de pescado aqui em casa. Agora, tem dias que eu chego por aqui sem um peixe, nunca pensei que a gente fosse chegar numa coisa dessas, meu deus. Como é que eu vou alimentar a minha família? O peixe aqui tem uma pequena época. Sabe como é, a água esquentada, o peixe não corre, de janeiro para diante o peixe não corre. Sabe para quem é bom o mês de Janeiro, é para os turistas, sol, calor... Para nós a água está quente, o peixe desaparece”.

A escassez do presente contrasta com a abundância de um passado não tão longínquo: “Antigamente, na época do xaréu era xaréu de não poder carregar. Eu passava as redes pequenas perto da costa e enchia de carapeba. Era muito peixe. Os pescadores falavam até na pescaria solidária daqueles tempos. Se nós pegávamos três ou quatro redes na pesca do xaréu e o peixe ficava só numa, os pescadores dividiam uns com os outros o resultado da pescaria. Todos levavam peixe. Hoje o povo da praia espanta os peixes. Porque os peixes gostam de encostar, aqui tem muita comida para eles. Mas é muita gente. E muita luz. O peixe, de noite, não gosta da luz. O peixe foi ficando escasso”.

“Minha jangada está com um problema no casco. Acabo de colá-la com araldite. É de compensado naval. Mas falta dinheiro para fazer o serviço como tem que ser feito. Uma jangada dessas, que é oca por dentro, é a coisa mais simples que se tem para andar no mar, pois uma jangada dessas não sai por menos de quatro, cinco mil reais. A gente tem que fazer esse trabalho sozinho”, diz Doutô.

“Antigamente a madeira das nossas jangadas vinha da Amazônia. Era trazida por um comerciante, que hoje mexe com material de pesca. Nós comprávamos um, dois paus – um pau daqueles bastava para fazer uma embarcação dessas, que nós chamávamos de cu-de-coro”.

A jangada só permite uma pescaria até 18 braças da costa. Para se chegar no peixe grande, na arabaiana, no dourado, na cavala – aí é preciso ter motor, ir mais longe, lá para as 60 braças. E esse tipo de pescaria o pessoal da Vila não conhece bem, segundo alguns pescadores que entrevistei.

Os próprios métodos de navegação revelam um saber antigo: “Como nos guiamos à noite? Pelas estrelas, é claro. E tem uma que não deixa a gente se perder – é a estrela Dalva. Ela nasce com a noite no mar, e se movimenta no céu, sempre no sentido da terra, onde ela vai se pôr. A estrela Dalva não deixa o pescador se perder”.

Hoje os pescadores têm direito a um auxílio semelhante ao auxílio desemprego durante o período em que a pesca é proibida, principalmente a pesca da lagosta. Sobre os outros benefícios que poderiam servir à comunidade de pescadores da Vila Ponta Negra, advindos da sua organização em colônias, os pescadores andam muito céticos. Não acreditam muito na força da organização.

XI - Plantar virou caso de polícia

Lá pelos tempos da Grande Usurpação da terra na Vila seu Doge teve seu roçado empatado e foi intimado a procurar o comandante do batalhão da polícia militar que ficava lá perto da Escola Doméstica⁶. “Quando cheguei lá fui recebido por um tal de sargento Coro que me perguntou o que eu queria ali. Eu disse que era de Ponta Negra e tinha sido intimado a vir falar com o comandante – e aí ele me disse: o Estelo Manso, que é um tal de um fazendeiro da Vila, só vive aqui, atrás do comandante do esquadrão, denunciando pessoas. Era ele quem denunciava à polícia qualquer roçado que o povo fizesse”.

“A gente brocava a terra e logo vinha a polícia impedindo a gente de plantar o roçado. Mas eles viravam as costas e a gente brocava de novo. Até que a minha terrinha foi empatada por um policial. Não conversei – fui atrás do governador, o Rafael Fernandes, eu acho. Primeiro falei com o vice, pra depois ser levado até o governador. Eu fui dizendo pra ele: doutor, fui empatado de botar o meu roçado, fui contando pra ele, né. E ele deu ordem: pode chegar lá e botar o seu roçado que o que é do estado é da pobreza, vá plantar o seu roçado”.

⁶ A Escola Doméstica de Natal foi uma instituição de ensino exclusivamente feminina fundada em 1914 por Henrique Castriciano. Em 2000, a escola foi incorporada ao Complexo de Ensino Noilde Ramalho.

XII - Da janela do trem da história

Vou encontrando os personagens da história da Vila pelos caminhos, com um caderninho na mão.

Dona Maria

Dona Maria conta que o nome Morro do Careca foi dado pelos turistas. “Antes era o Morro do Roncador, ele roncava, ele roncou, um estrondo enorme, lá pelas duas horas da tarde do dia 20 de abril de 1970”.

“Eu mesmo botei o nome de Rua da Campina. Olhando daqui do alto tudo era verde. Seu Fulano plantava fumo e gergelim. Sim, a rua Manuel Alves, a terceira à esquerda, leva o nome do meu pai. Meu pai tinha gado e roçado – porque o roçado era feito nas terras comuns, ele era meio paralítico, mas mesmo assim ele arranjava pessoas e ia e plantava macaxeira. Ali atrás, onde tem um hotel hoje, era uma casa de farinha... eram dias e dias ralando mandioca. Vou lhe dizer uma coisa, seu Antonio, minha mãe era descendente de índio. Meu pai, de português. (Começou a chover e nós ficamos de conversar depois).⁷

Bastião

Na primeira conversa com Bastião, ele veio até minha casa com seu Severino. “Fui a Canguaretama, era um grande engenho. Trabalhavam mais de 1000 trabalhadores. Cada um deles, mais suas mulheres, iam brincar de congo. Todos brincavam, era a brincadeira do povo”, conta Bastião.

Bastião comentou sobre a venda dos terrenos daqui para o pessoal de fora: “Vendi um terreno para um fulano de tal e ele foi e botou um muro cheio de grampos de ferro farpado. Aí eu fui na casa dele e ele insistiu em comprar minha casa, uma casinha. Ele pode, ele tem dinheiro, em dois meses ele constrói uma casa, eu demorei mais de vinte anos e ainda não acabei de fazer a minha”.

O ancião conhece tudo na política cultural da prefeitura e da fundação cultural, porém acredita mais na segunda, mesmo se achando em geral meio desamparado. “Chamam a gente pra ir aqui e acolá, mas deixam os velhos no meio do mundo. Já fui em Campina Grande e dá prazer. É muita gente. Os grupos são respeitados – ficamos em hotel com garçons”.

Ele conhece as tentativas de mínima sustentação dos grupos de cultura: “Não há incentivos. A gente não tem que andar de penico na mão. Eu não sirvo para isso, não. Nem para política. Olhe, para dar um real nesse comércio por aqui é uma dificuldade. Já tivemos livro de ouro⁸e tudo... não se consegue nada”.

⁷ Relato coletado no em 24 de Agosto de 2001.

⁸ O livro de ouro é um caderno de assinaturas no qual o assinante doa determinado valor em dinheiro para a causa do livro.

No final da nossa conversa ele deixou claro pra mim que se interessava por um lugar fixo para ensaiar e sugeriu que eu comprasse as fazendas para as roupas femininas para o congo. Eu disse da importância do trabalho cultural não só como folclore, como coisa para o lado de fora, mas como coisa para o lado de dentro. Para a educação do povo e para a resistência cultural. Falei ainda que meu filho queria mexer com luteria (a arte de fazer instrumentos de corda, tipo violão) e ele disse que queria bater um cavaquinho. Ele acredita que se houver coisas acontecendo por aqui, logo logo o povo começa a largar a televisão e chegar para ver o que acontece.

Seu Piloto

Seu Piloto gosta de falar na voz ativa, quando fala pela boca dos outros.

– Sim, Seu Piloto, vamos voltar à história do Fernando Pedrosa, à história da propriedade na Vila de Ponta Negra. Ele era ou não era parente do governador Silvío Pedrosa?

– Era irmão, era irmão... O Fernando dizia que as terras daqui eram propriedade do pai dele. “Esse pai era o do Fernando, porque meu pai nunca foi dono destas terras”, dizia o tal Sílvio Pedrosa. Já o Fernando Pedrosa foi por aí arranjando os papéis e botou as mãos em tudo.

Encontro Seu Piloto seis anos depois da primeira entrevista. Ele está bem velho. Tem oitenta e seis anos e uma memória ainda cristalina. Mora na sua vila, tem filhos, filhas, netos e bisnetos – uma profusão de gente. A casa não tem luz. Ele vai tomar chá feito pela filha mais velha. Dois amigos sentam conosco para conversar.

Antes, porém, de chegarem os outros interlocutores, Seu Piloto foi dizendo sozinho a fala do Rei em interlocução com vários outros personagens do Congo.

“Quem descobriu a gente aqui foi os americano... E começou a espantar tudo. Era muito movimento de avião, muito barulho e muito tiro. Um dia eles desceram lá em Parnamirim um avião italiano ou era alemão, todo furado de bala. Saíram três homens de dentro. Eu estava trabalhando na construção de um hangar. Havia stand de tiro aí dentro da Barreira”.

Seu Doge

Vinha eu caminhando de volta da casa de Seu Piloto quando resolvi parar para conversar com seu Doge, outra memória impressionante, outro fogo fantástico na memória da Vila. Esse tem a dimensão do espaço e seu valores, do trabalho e seus valores. Preciso recapitular com ele a história da propriedade na Vila de Ponta Negra.

“À princípio chegava um sujeito de fora, gostava daqui, queria ficar. Ia então até a praia e ficava no meio dos pescadores. Se quisesse ficar por aqui, diziam pra ele ‘sobe aí faz uma casinha de taipa e fica’. Porque ninguém vendia a terra, não tinha arame farpado, nem

nada. Lá vai que ele ficasse, muitos ficaram a vida toda, mas então plantava coqueiros, umas mangueiras e se fosse embora o que tinha valor eram os coqueiros de fulano, e ele ia embora e deixava alguém tomando de conta era das árvores”.

“Nem caminho aqui não tinha. Eram as veredas. Um cruzado, saindo de umas, entrando nas outras, delicados mapas dos pés e seus passantes, as mulheres passavam por aqui, com trouxas de roupa na cabeça, lá iam pro rio, eram as lavadeiras. Iam lavar lá no Jiqui, lá no Pium, iam e vinham com roupa seca, no fim do dia”.

“Gente ia a pé ou no lombo do burro, pra longe, lá pras casas de farinha, ou caçar trabalho nos engenhos, pra lá de Parnamirim. Caminhos conhecidos, nesse fim de mundo”.

No dia 5 de setembro de 2001 faço meu percurso a pé pela Afonso Magalhães até o ABC, dobrando a esquerda. Nos entornos do ABC, sente-se o perigo da expansão imobiliária de grande porte. Começam as grandes cercas de arame farpado: dá para sentir os limites da Vila – aí ainda moram os carroceiros com suas carroças de vários tipos. Vários ferros-velhos, várias lixeiras. Os fins das ruas vão dar na cerca da Barreira do Inferno. Onde começam as propriedades privadas do lado de cá da pista? De quem é aquela terra? (Avistei um *outdoor* da Imobiliária Fernando Pedrosa).

Vários casebres de restos de madeira: madeira de caixotes de frutas, de compensado usado, de conglomerado. As crianças brincam no meio do lixo, no meio dos animais de tração, como burros e jumentos.

Uma favela, de repente, invasão dos domínios da Barreira do Inferno. Os casebres de um lado, mal conseguindo subir a meia encosta de areia. O arame farpado no pescoço das casas – do outro lado já é terra da Barreira. É onde as crianças já brincam arranhadas: debaixo da ameaça do ferro farpado, que fura. Os adultos se escondem pelo meio da vegetação, no areal.

Volto para a Vila. Algumas casas simples da classe média baixa. Com mirantes para a paisagem. Essas e as outras da classe média todas com muros altos e cães ferozes. Muitas com fios eletrificados perigosamente desafiando os moradores. Muitas mulheres com cabelos longos e saias longas, indicando que pertencem à certa igreja evangélica. Muito esquema de vigilância: homens com coletes e paus, querendo policiar as ruas, a partir das casas de que tomam conta. Acho que é preciso fazer um recenseamento rigoroso da Vila, buscando e registrando os nativos. Isso deve ser feito rápido e antes que seja tarde demais e sua minoria já não seja só resquícios e lembranças.

As casas dos nativos da Vila vêm se tornando vilas, formada por outras casas que são extensões da casa central da família. Casas geralmente da mesma família – filhos e netos vão morando no mesmo espaço, já que não têm para onde ir. Vão casando e ficam por ali mesmo. Perdem o emprego e moram por ali. Têm dificuldades de sobrevivência e comem na cozinha dos velhos. Mas os velhos querem vida melhor: vivem cercados pelo choro das crianças e amofinados por mandar os filhos procurar o que fazer.

XIII - Espiritualidade e religiões da Vila

A Vila de Ponta Negra é um espaço meio mítico. Por sua própria natureza, no início dos tempos, tudo era fartura – havia animais, peixes e frutas que era só pegar e comer. Ninguém era dono da terra, tudo era aberto e franco. Vista de longe, no mar, a ponta que se avista desta terra mais ocidental do estado, é negra, é obscura e quando se vem na jangada avista-se uma enorme barreira vermelha como fogo – é a Barreira do Inferno. A Vila é o pedaço de terra do continente que vai da praia de Ponta Negra até a barreira natural. É um canto de tirar o chapéu para descansar, junto da praia.

Do outro lado corre o rio Jiqui, a água natural da Vila e outro limite antigo. O homem que vivia aí cultivava cada coisa da natureza como dádiva. Tudo parece colocado por divindades, por encantamento. Mas tudo parece, por outro lado, obra do duplo. O paraíso e a barreira do inferno, o céu mais claro e a ponta mais negra, o aberto e o misterioso. Tudo parece apontar para o espiritual.

Essa ancestralidade na Vila também parece virar fogo morto. Por aqui, segundo Mel Ramos, havia ao menos seis grupos de religiões africanas e índias. Candomblés e Jurema. Todos esses centros espíritas desapareceram. Algumas pessoas dizem ter sido perseguição da polícia, outras dizem que foram perseguições de evangélicos. Fato é que hoje os tambores estão calados, e me parece que já não existe na Vila pai de santo ou mãe de santo, alguém com formação suficientemente para poder montar um terreiro. Todos nós do Centro de Cultura da Vila⁹ sabemos da importância do revigoramento das religiões de matrizes africanas por aqui. E as sobrevivências de várias práticas populares daqui nos apontam para momentos passados de intensa vivência da cultura afro-brasileira. Um grande número de pessoas daqui conhece as plantas medicinais e as aplica na cura das mais variadas doenças. E essa prática, sabemos, tem a ver com a sabedoria que advém do candomblé. Ainda existe na Vila, na linha dos hábitos afro-brasileiros, um número expressivo de curandeiros e curandeiras. E um dos maiores afluxos de gente de fora que procura a Vila é de pessoas que vêm atrás das famosas rezadeiras daqui.

A partir da década de 1970, e por influência do governo dos Estados Unidos, várias igrejas evangélicas vieram a se estabelecer no Brasil. E proliferaram em Natal e na Vila de Ponta Negra. Por serem neófitas, nunca dialogaram com as práticas culturais mais antigas, recusando as músicas e as danças tradicionais da Vila.

Como a manifestação da cultura evangélica é muito intensa, deve haver um grande esforço do resto da comunidade nativa e dos seus aliados no sentido de promover ações de revigoramento cultural, de produção e difusão da cultura popular do bairro e dos cuidados no trato das suas ancestralidades.

⁹ Centro de Cultura da Vila de Ponta Negra foi uma ONG fundada em e extinta em cujo objetivo era apoiar e desenvolver projetos de arte e cultura na Vila de Ponta Negra em Natal-RN; Entre os fundadores da organização se encontram o autor deste livro, Antonio Leal.

XIV - Alguns fogos mortos na Vila

Muitas coisas mudaram na Vila dos anos 2000 para cá. Algumas centenas de pessoas de comunidades pobres foram embora pra lá do Planalto, porque ganharam casinhas populares por lá. Saíram da favela do Pião, que ficava por trás de um condomínio de luxo, adiante do campo do ABC. Houve uma briga séria nessa área – um vereador de Natal que tinha umas casas por lá e tentava apossar-se de um bom terreno, fechou a passagem do pessoal da favela, que era justamente por dentro desse terreno sem proprietário. As pessoas foram expulsas e os terrenos que ficaram para trás foram sendo roubados do povo simples da Vila. A prefeitura acabou também com uma outra favela que ficava para o lado do Alagamar. Os pobres foram mandados para o mesmo lugar do pessoal do Pium – um enorme conjunto de casinhas populares no Planalto.

O fato de duas favelas terem desaparecido do mapa da Vila significa muito. São essas pessoas simples as que mais se aproximam dos nativos da Vila e interagem com eles. Além dos favelados, centenas de antigos habitantes da comunidade foram embora, geralmente por dois ou três motivos mais importantes: fugir da opressão das drogas sobre os filhos menores; aproveitar o alto preço dos terrenos, vender sua casinha aqui para poder comprar outra em outro bairro ou cidade, melhor e mais barata; ter algum trabalho fora da Vila ou procurar um modo de vida mais de acordo com as suas posses, já que o custo de vida aqui tornou-se muito alto.

Temos muitos amigos entre brincantes na cultura popular da comunidade e entre esses a evasão tem sido expressiva: dois mestres da cultura de Ponta Negra tiveram que mudar de município. Um deles foi morar em Alcaçuz e o outro no Pium. Ambos têm mais de sessenta anos e não têm transporte próprio. E eles costumam vir sistematicamente à Vila para ensaiar seus grupos. E um deles chega a ir de bicicleta para casa à noite, em um percurso de mais de dez quilômetros.

Dezenas de casas humildes são destruídas por ano na Vila por pessoas de fora que compram casinhas daqui para depois derrubar e fazer casas de classe média. Em poucos anos, poucas famílias nativas restarão por aqui. O modo de ser da paisagem é receptivo ou não a uma certa gente. As casas são de um certo jeito, sem muros altos nem arames carregados de eletricidade; as ruas permitem a brincadeira das crianças pela pequena quantidade de carros; a venda na esquina é simples e recebe da maneira como as pessoas possam pagar pelos mantimentos; as pessoas são transeuntes, todas andam a pé e se conhecem, mas de repente surge um arranha-céu na rua, com moradores que essas pessoas nunca conhecerão.

Se a cidade de Natal não priorizar a existência de um bairro que conta as ancestralidades da cidade, e criar políticas públicas para manter a qualquer custo aquelas populações no seu bairro de origem, a cidade, ela própria, irá perdendo sua identidade e seu charme. A Vila, onde pulsa o calor da gente de Natal, com sua expressão cultural orgânica, irá se tornar uma espécie de engenho de açúcar que deixa de produzir. No alto das grandes chaminés nenhuma fumaça. Fogo morto. E nada em volta do engenho, nenhuma brincadeira, nem boi de reis, nem coco de roda.

XV - Uma tortura coletiva

Os *lumpen* se entregam na guerra do mundo. *Lumpen* são todos aqueles que não têm emprego nem lugar na sociedade capitalista, são os sem cultura. Entre eles os drogados são um enorme exército que vaga, nas madrugadas, pelas ruas das cidades, grandes ou pequenas, até os confins do país, esmolando cinco reais para poder comprar crack. Assim também acontece aqui na Vila de Ponta Negra, aqui em Natal.

O grande cinema do país não é nem Cidade de Deus¹⁰ ou outro filme na mesma linha. É o cinema que precisamos fazer sobre os homens do crack. Eles têm que se mostrar em ação, nas suas histórias de dissolução e morte. Não preciso contar aqui. Histórias e mais histórias. Sem fim. Onde eles estão? O mundo treme à sua volta. Uma tortura coletiva. Mas esse é o modo de ser de uma economia irracional e de políticas públicas irracionais. A riqueza da nossa nação não deveria ser medida em dinheiro, mas em salvação nacional, onde o país fosse ganhando e resgatando para a cidadania milhões de jovens que não têm trabalho, milhares e milhares de jovens entregues ao vício, esperando a morte.

Na Vila existem dezenas de bocas de fumo. E o terror, à sua volta, ameaça os drogados, suas famílias e todos nós que possamos morar perto. Todas as semanas um jovem é morto, ora pela rivalidade dos pontos, ora pela polícia. Uma estatística cruel, se pensarmos nos outros bairros, nas outras cidades, nos outros estados. É uma calamidade social, mas isto parece não contar para o estado e suas instituições.

Na Vila a droga está ligada ao grande êxodo dos nativos. Quando alguém se vicia e vai criando os hábitos dos drogados e vai envolvendo a família toda, ninguém aguenta. Roubam qualquer objeto para trocar por droga. Brigam, ameaçam, espancam pai, mãe e avós. E aí acabam ficando sozinhos, os noiados, enquanto a família vai embora da Vila. E a vila antiga, sem seus habitantes, vai morrendo devagar.

A lógica das políticas públicas é esta: quanto maiores as necessidades dos excluídos, menor o investimento que o Estado faz. Assim também acontece com os analfabetos: os que mais precisam de ensino de qualidade para superarem a exploração de ignorância em que o capitalismo os criou são justamente os que merecem os professores mais mal pagos, as piores instalações e atenção só em última instância.

¹⁰ Filme dirigido por Fernando Meirelles e lançado em 2002.

XVI - Políticas públicas para a solução dos problemas da Vila

Se quisermos trabalhar na solução dos problemas da Vila, que estratégia devemos adotar? Os poderes públicos não podem sair remendando aqui e ali os desgastados causados ao longo dos anos. É preciso fazer um planejamento global e ter uma ação global na Vila: uma ação que envolva todas as secretarias do município de Natal e algumas do estado do Rio Grande do Norte.

A administração tem que ter em mãos um relatório prévio com levantamento das causas e efeitos da desapropriação e usurpação das terras dos moradores nativos da Vila, assim como as possíveis soluções para esse problema de ordem histórica, cultural e social. E esse relatório deve ser fruto de inúmeras reuniões feitas com toda a comunidade durante dois ou três meses, em que serão ouvidas crianças, adultos e adolescentes, através das suas representações mais efetivas: associações de cultura, associações profissionais, conselho comunitário, igrejas, etc.

Sinto que um grande projeto precisa surgir na Vila – a construção de um prédio – o Resistência I, e depois o Resistência II, feitos para os nativos da Vila, para que eles nunca mais saiam daqui, de tão preciosos que são para a cidade de Natal. A prefeitura tem que garantir um terreno bom, talvez aquele mesmo onde estava a Favela do Pião, e fazer dois prédios grandes, de três ou quatro andares. Os recursos – recursos podem vir de qualquer lugar, mas é preciso cobrar na justiça o que foi roubado da Vila por vários grileiros, que fizeram das terras públicas, comunitárias, propriedades particulares. Identificá-los e processá-los. Mas o mais precioso será cobrar do estado do Rio Grande do Norte o que ele roubou dos moradores da Vila para doar à Barreira do Inferno. A classe dominante tem que sentir na pele que não pode mexer no coletivo dos pobres. E assim a Vila pode construir mais uma página da sua heróica resistência, que todos cantaremos e louvaremos em prosa e verso.

Achamos que ninguém da Vila, por mais que esteja preocupado com a segurança, deve acreditar em salvação por meio da repressão policial e militar. O Rio de Janeiro não é exemplo. Temos visto projetos de ação social ligados à polícia, à justiça e até ao exército. Eu não apoio ações com esses contingentes assim alinhados. Justiça, sim. É preciso em primeiro lugar que haja paz e que nenhum jovem daqui seja morto, quer pelos parceiros usuários de droga, pelos traficantes ou pela polícia. Precisamos fazer na Vila uma grande manifestação que inclua principalmente as famílias daqui que já perderam algum ente querido em meio à violência do uso e do tráfico das drogas. Precisamos fazer grandes pressões contra as drogas e a destruição dos nossos filhos.

Temos que criar na Vila grandes coletivos com empoderamento. Eles é que vão decidir o que deve ser feito. O estado deve ajudar a pensar e a executar. A polícia deve ficar no seu lugar, à distância.

XVII - A história viva como fator de resistência cultural na Vila de Ponta Negra

O esforço que a sociedade civil faz para sobreviver é sempre muito limitado. No embate interno os setores marginalizados tendem a desaparecer. Todas as veias que irrigam a vida social podem desaparecer. Assim, o espaço geográfico, a cultura *stricto sensu*, a linguagem, os hábitos sociais, as atividades econômicas, o sistema simbólico, a organização familiar... tudo pode ir desaparecendo.

Acredito que as pessoas sempre têm uma certa consciência de que vão desaparecendo. Esse desaparecimento se dá porque se esvai a força da existência de uma certa comunidade. A história do desaparecimento das sociedades é também a construção da história dos vencedores e sobretudo a história da servidão e da desigualdade social. No embate social, os vencidos sempre constituirão a camada pobre escravizada.

Mas o que parece inexorável pode mudar, ou por meio de uma resistência espontânea ou por meio de uma resistência construída como processo educativo autônomo. Numa sociedade ecologicamente correta todos os setores da organização estatal têm consciência da condenação à morte de certos setores da sociedade e podem prevenir a catástrofe, tal como uma inundação provocada pela construção de uma hidrelétrica pode diminuir seus efeitos de destruição se tomados os devidos cuidados com a flora, a fauna e as pessoas que vivem ali. Toda a sociedade é culpada pela destruição da sociedade civil, embora historicamente sejam as classes dominantes e o próprio governo os responsáveis pelo poder e pela ação de destruir. A sociedade civil, porém, tem logo e sempre que se organizar para resistir.

A pesquisa da história viva não pode ser uma pesquisa puramente acadêmica. Ela tem que ter um compromisso prático com a estratégia de resistência da comunidade de onde emergiu. Esse compromisso começa a ser delineado em dois pontos: a relação com o modelo teórico e o envolvimento com os conselhos de anciãos como elementos de base na consolidação dos valores sociais. A teoria da história viva estará se produzindo enquanto fenômeno e nunca será uma teoria *a priori*. Será sempre a partir da pergunta que se teoriza e nunca a partir da resposta. E tanto os retratos vivos dos conselhos quanto as teorias da história serão construídos como consolidação de laços sociais e como intervenção política.

Os velhos da comunidade de Ponta Negra são donos de belos relatos de história viva, só que tudo que contam acaba em perplexidade, em causa perdida, em problema sem solução – é sempre o início e o fim da história dos vencidos. É claro que sempre acham a volta ao passado impossível e sempre se relacionam a ele como os velhos, em geral, se relacionam a esse tempo – com saudades e melancolia. Já com relação ao presente, são sempre descrentes. O que passou, passou. Não há mais nada a ser feito hoje.

Todo o conhecimento do educador costuma ser conhecimento *a priori* – trabalha-se a partir de respostas, isto é, a partir do campo positivo e ideológico. Quando se pergunta alguma coisa ao aluno, a pergunta é falsa, porque a resposta já é sabida previamente. Assim, quando o professor ensina que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, e depois pergunta “Quem descobriu o Brasil?”, a resposta terá que ser Pedro Álvares Cabral. Todo conhecimento escolar

e até mesmo acadêmico é tautológico, é pura falácia. Os aprendizes não produzem o que aprendem, mas repetem sistematicamente a lição ideológica.

Todo o sistema escrito que serve de base à nossa aprendizagem é um sistema ideológico precário em que as palavras se tornam muito mais discurso e menos o esclarecimento do sentido das coisas. Ora, quando podemos trabalhar com as palavras dos velhos que estão longe dos hábitos e das palavras acadêmicas, vemos a palavra ser criada e brilhar, vemos a ideia ser construída através de vislumbres poéticos de altíssimo poder de reverberação. Grande parte da história viva deve ser construída com registros no modo dialetal, isto é, ser contada de forma direta, tal como foi contada pelo entrevistado.

Quando um velho e uma criança olham-se nos olhos, Brasília nunca se interpõe entre eles. A história está ali. E eu posso escarafunchar a história junto com meus filhos e netos, até mesmo numa arqueologia não tão *arque*, mas que seja sobretudo vivida. Não podemos mais entregar a nossa história, passar o bastão para os nossos filhos e netos sem o depoimento vivido e registrado aqui e agora – o nosso espírito e a nossa alma mais perto de nós, mais longe do céu e de Brasília.

A velha casa de cada um dos nativos mais antigos é uma mostra da história da comunidade. Estão ali presentes várias gerações – os filhos, os netos e os bisnetos. O velho mantém viva a estrutura da casa – ele relata os acontecimentos passados e presentes da comunidade, ele mantém a família com sua aposentadoria, ele é o cabeça, o conselheiro, o que mais sabe. Só os mais velhos têm o gosto integral de toda uma cosmogonia da vila – o céu, a terra e o mar, juntos. Os filhos já perderam a dimensão da terra – das coletas, das plantações, do trabalho dos engenhos ou das casas de farinha. Daquela cosmogonia, os filhos, sem a terra, viraram-se principalmente para o mar – primeiro sendo pescadores, atividade que restou livre (como é bonito os pais poderem legar aos filhos espaço para o trabalho livre). Depois, ainda com as coisas do mar, tornaram-se pequenos comerciantes de produtos na praia e aí se estabeleceram, principalmente com suas barracas. E foram prosperando. Com a modernização da praia, eles foram simplesmente expulsos e suas barracas destruídas sem que o poder público desse em troca algo de expressivo. Restou para os netos, de trabalho livre, apenas o comércio ambulante da praia. Um trabalho que é bastante penoso. E hoje existe o trabalho de empregado – nas casas da classe média, como seguranças ou nos restaurantes, pousadas ou hotéis. De uma maneira geral os velhos perderam a terra, os filhos perderam a praia e os netos já não têm nada.

O que sentimos quando entramos na casa de um nativo da Vila é que os mais jovens perderam tudo, estão literalmente vazios e desestruturam as casas dos velhos com as demências modernas das quais também não são culpados: as drogas e a prostituição. Os filhos tendem à bebida, os netos tendem a vícios piores e os velhos não aguentam a tensão e tendem a ir embora. Eis, contada em miúdos, a tragédia dos nativos da Vila de Ponta Negra.



PREFEITURA DO
NATAL



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL